

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

**BALANÇO GERAL**  
**1972**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO**

**BALANÇO GERAL**  
**1972**



Í N D I C E

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação .....	11
<b>Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros .....</b>	<b>13-21</b>
Despesas Autorizadas .....	13
Créditos Ordinários .....	13
Créditos Especiais .....	15
Recursos Financeiros .....	16
Fundo Geral .....	16
Fundos Especiais .....	17
Operações de Crédito .....	18
Resultado Presumível do Exercício .....	20
<b>Balanço Financeiro .....</b>	<b>23-56</b>
Execução do Orçamento .....	23
Análise da Receita .....	26
Receitas Correntes .....	26
Receita Tributária .....	26
Receita Patrimonial .....	30
Receita Industrial .....	30
Transferências Correntes .....	31
Receitas Diversas .....	32
Receitas de Capital .....	33
Arrecadação por Exatarias .....	34
Análise da Despesa .....	35
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	39
Evolução da Despesa .....	41
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas .....	43
Análise do Resultado Financeiro do Exercício .....	44
Operações Extra-Orçamentárias .....	46
Receita Extra-Orçamentária .....	47
Despesa Extra-Orçamentária .....	51
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro .....	56
<b>Balanço Patrimonial .....</b>	<b>57-76</b>
Ativo do Estado .....	58
Ativo Financeiro .....	58
Ativo Permanente .....	60
Dívidas do Estado .....	63
Dívida Fundada Externa .....	64
Dívida Fundada Interna .....	67
Dívida Flutuante .....	72
Restos a Pagar .....	73
Serviço da Dívida a Pagar .....	73
Depósitos .....	74
Débitos de Tesouraria .....	74
Diversos .....	75
<b>Demonstração das Variações Patrimoniais .....</b>	<b>77-79</b>
<b>Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/72 .....</b>	<b>81-91</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>93</b>

## BALANÇO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	97
BALANÇO FINANCEIRO .....	98-99
Modelo Padrão .....	98
Análise do Modelo Padrão .....	99
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	100-126
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas .....	100
Receita .....	101-106
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	101
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora .....	104
Despesa .....	107-126
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas .....	107
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções .....	109
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas .....	110
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções .....	113
Demonstração da Despesa por Rubrica .....	117
Créditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	123
BALANÇO PATRIMONIAL .....	127
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	128-131
Modelo Padrão .....	128
Análise do Modelo Padrão .....	129
ANÁLISE DO ATIVO .....	132-159
Financeiro .....	132-151
Disponível .....	132-138
Caixa Geral .....	132
Bancos .....	133
Exatores .....	136
Vinculado .....	139
Bancos c/Vinculadas .....	139
Realizável .....	140-151
Diversos Responsáveis .....	140
Devedores Diversos .....	144
Suprimentos Autorizados .....	146
Prefeituras, c/Devedoras .....	147
Valores do Estado .....	151
Permanente .....	152-159
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	152
Devedores por Empréstimos .....	153
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa .....	156
Participação em Sociedades de Economia Mista .....	156
Participações Diversas .....	157
Fundos para Financiamento .....	158
Almoxarifados .....	159
ANÁLISE DO PASSIVO .....	160-185
Financeiro .....	160-182
Dívida Flutuante .....	160
Depósitos de Consignatários .....	165
Depósitos de Responsáveis .....	166
Retenções .....	168
Cauções .....	172
Depósitos de Autarquias .....	178
Empréstimos por Antecipação da Receita .....	179
Contribuições para Autarquias .....	180
Contribuições para Fundações .....	181
Prefeituras, c/Credoras .....	182
Permanente .....	183-185
Dívida Fundada Interna .....	183
Dívida Fundada Externa .....	185
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	186-192
Valores em Poder de Terceiros .....	186
Valores Nominais Emitidos .....	187
Contratos Afiançados .....	188
Caixa de Títulos e Valores do Estado .....	190
Valores de Terceiros .....	191
Créditos Especiais Transferidos para 1973 .....	192

# ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA, POR ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS,  
CATEGORIAS ECONÔMICAS, ELEMENTOS E RUBRICAS)

<b>PODER LEGISLATIVO</b> .....	195-197
Assembléia Legislativa .....	195
Plano de Subvenções e Auxílios .....	197
<b>TRIBUNAL DE CONTAS</b> .....	199-200
Controle Externo da Administração .....	199
<b>PODER EXECUTIVO</b> .....	201-207
Chefia do Poder Executivo .....	201
Plano de Subvenções e Auxílios .....	203
Ministério Público .....	203
Consultoria Jurídica .....	204
Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília .....	206
<b>SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA</b> .....	209-218
Administração Central .....	209
Registro Público das Atividades Econômicas .....	211
Guarda de Documentos .....	212
Serviços Penitenciários .....	213
Processo Consultivo e Opinativo .....	216
Assistência Técnico-Administrativa ao Município .....	217
<b>SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO</b> .....	219-222
Coordenação e Planejamento .....	219
Serviços de Estatística .....	221
<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> .....	223-237
Administração Central .....	223
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico .....	224
Relevação Contábil, Controle Interno da Administração Econômico-Financeira e Assessoramento Técnico .....	225
Assistência Jurídico-Fiscal .....	226
Administração da Execução Financeira .....	227
Exação e Fiscalização Financeira .....	229
Fiscalização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias .....	230
Julgamento de Questões Fiscais .....	232
Encargos Gerais do Estado .....	233
Fundo de Reserva Orçamentária .....	237
<b>SECRETARIA DA AGRICULTURA</b> .....	239-252
Administração Central .....	239
Administração Interna .....	241
Fomento e Defesa da Produção Vegetal .....	242
Preservação e Mobilização de Recursos Naturais Renováveis .....	244
Fomento e Defesa da Produção Animal .....	246
Obras de Infra-Estrutura de Apoio à Agricultura .....	248
Desenvolvimento Industrial da Pesca Riograndense .....	251
<b>SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b> .....	253-256
Administração Central .....	253
Assistência ao Cooperativismo .....	254
Desenvolvimento Comercial .....	256
Desenvolvimento Industrial .....	257
<b>SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES</b> .....	259-260
Administração Central .....	259
<b>SECRETARIA DOS TRANSPORTES</b> .....	261-262
Administração Central .....	261
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b> .....	263-276
Administração Central .....	263
Educação Fundamental .....	266
Educação Média .....	268
Assuntos Universitários .....	270
Assuntos Culturais .....	271
Educação Física e Desportos .....	273
Educação Especializada .....	275
Plano de Subvenções e Auxílios .....	276

<b>SECRETARIA DA SAÚDE</b> .....	<b>277-287</b>
Administração Central .....	277
Serviço de Assistência Médico-Sanitária .....	278
Serviço de Assistência Hospitalar .....	290
Produção de Insumos .....	282
Aperfeiçoamento, Treinamento de Pessoal e Educação Sanitária .....	284
Inspeções Médicas .....	286
<b>SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>289-296</b>
Administração Central .....	289
Assistência ao Trabalhador .....	290
Habitação .....	292
Promoção Social .....	293
Assistência ao Menor .....	295
<b>SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS</b> .....	<b>297-303</b>
Direção Superior e Supervisão Administrativa .....	297
Supervisão de Programação de Obras Públicas e Edificações .....	298
Supervisão de Programação Regional e Urbana .....	300
Parques Estaduais .....	301
<b>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	<b>305-314</b>
Administração Superior .....	305
Serviços Policiais .....	307
Serviço de Policiamento no Interior do Estado .....	309
Administração Geral da Brigada Militar e Serviços de Policiamento e de Guarda .....	311
Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndios .....	313
<b>SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>315-322</b>
Administração Central .....	315
Manutenção e Transportes .....	316
Administração do Material .....	317
Processamento Eletrônico de Dados .....	319
Serviços Gráficos do Estado .....	320
<b>SECRETARIA DE TURISMO</b> .....	<b>323-324</b>
Fomento ao Turismo .....	323
<b>PODER JUDICIÁRIO</b> .....	<b>325-332</b>
Tribunal de Justiça .....	325
Tribunal de Alçada .....	326
Tribunais de Júri e Juizados .....	328
Juizado de Menores .....	329
Justiça Militar do Estado .....	331

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 26 de abril de 1973.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1972, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda:

Temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1972, de acordo com disposições contidas na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

Integra dito documento um conjunto harmônico e coordenado de peças, estruturadas em obediência à legislação vigente e à mais acurada técnica contábil.

O Balanço Geral e a presente exposição constituem a prestação de contas que o Chefe do Poder Executivo deve apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, em consonância com o que estatui o inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

Norteia a elaboração desta exposição o propósito de facilitar a leitura e a primeira interpretação dos principais fatos da gestão desenvolvida no ano fiscal de 1972 e da composição do patrimônio. Desta forma, pretendemos tornar menos árdua a relevante atribuição dos órgãos superiores de fiscalização e julgamento da prestação de contas governamental.

Por outro lado, procuramos, também, oferecer à Administração do Estado informações que contribuam para facilitar a condução da atividade econômico-financeira no ano em curso e a elaboração de planos futuros.



## 1 – DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

O plano financeiro para o exercício de 1972, compreendendo o orçamento inicial e as respectivas alterações, os créditos especiais transferidos de 1971 e os abertos no exercício, atingiu o montante de Cr\$ 2.900.886.297,10, tanto para a despesa autorizada como para os recursos a ela vinculados, o que evidencia perfeito equilíbrio de previsão.

Tendo em vista as alterações de que foram objeto o plano inicial, a natureza dos créditos e a vinculação legal e técnica dos recursos financeiros à despesa autorizada, o presente capítulo destina-se a analisar detalhadamente tais elementos.

### 1.1.0 – DESPESAS AUTORIZADAS

As autorizações de despesa estão contidas no orçamento e respectivas alterações e em créditos especiais. É de se assinalar que, em 1972, não foi aberto nenhum crédito extraordinário. Para melhor compreensão, apreciar-se-á a despesa segundo a natureza dos créditos.

#### 1.1.1 – CRÉDITOS ORDINÁRIOS

A despesa autorizada através do orçamento aprovado pela Lei nº 6.330, de 9 de dezembro de 1971, somou Cr\$ 2.569.134.429,00.

Em face do apreciável espaço de tempo que medeia a época da elaboração da proposta orçamentária e a da execução do orçamento, torna-se indispensável a adaptação desse documento às necessidades dos serviços. Destarte, o orçamento inicial sofreu numerosas alterações, tanto de ordem qualitativa como quantitativa.

Em decorrência desse fato, das 2.845 especificações orçamentárias compreendidas em 78 programas, 730 foram suplementadas e 598 canceladas, total ou parcialmente.

As suplementações elevaram-se a Cr\$ 540.269.160,84 e as reduções totalizaram Cr\$ 328.467.690,37.

Dentre as rubricas que sofreram cancelamentos destacam-se, pelo vulto das reduções, as seguintes:

Secretaria da Fazenda

6.09	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada Interna .....	13.000.000,00
	4.1.5.0	Participação em constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	
		Projetos diversos .....	10.000.000,00
		Projeto Itaúba .....	14.000.000,00
6.10	3.1.4.0	Encargos Diversos	
		<i>Dotação destinada a atender as despesas decorrentes da implantação da Reforma Administrativa e a integrar, durante o exercício, as verbas orçamentárias, pelo equivalente em moeda, dos efeitos da inflação sobre a remuneração do trabalho e serviços e sobre o preço dos bens .....</i>	138.459.000,00

Secretaria de Educação e Cultura

11.01	3.2.1.0	Subvenções Sociais	
	3.2.1.4	Instituições Municipais	
		Convênio com as Prefeituras para o funcionamento da rede de ginásios polivalentes .....	19.100.000,00
	3.2.1.5	Instituições Privadas	
		Contribuições do Estado para Entidades Educacionais	7.990.000,00
11.02	3.1.1.1.1.0	Pessoal Fixo	
	3.1.1.1.1.2	Gratificações adicionais .....	6.310.000,00
	3.1.1.1.1.8	Vencimentos .....	17.000.000,00
11.07	3.1.1.1.2.0	Pessoal Variável	
	3.1.1.1.2.3	Gratificações diversas .....	7.880.000,00

Secretaria da Segurança Pública

15.04	3.1.4.0	Encargos Diversos	
	3.1.4.3	Auxílio moradia .....	7.422.401,94

Apresenta-se, a seguir, um quadro que demonstra a despesa autorizada através do orçamento, as suplementações e as reduções, segundo a classificação econômica.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	1.071.075.039,00	298.675.916,11	229.470.778,82	1.140.280.176,29
Transferências Correntes ..	912.363.918,00	68.973.227,81	47.964.818,25	931.352.327,56
Subtotal .....	1.983.438.957,00	365.649.143,92	277.455.597,07	2.071.632.503,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	225.085.650,00	103.590.912,09	36.931.841,30	291.745.720,79
Inversões Financeiras .....	61.985.000,00	20.044.104,83	1.601.252,00	80.427.852,83
Transferências de Capital ..	298.623.822,00	50.985.000,00	12.479.000,00	337.129.822,00
Subtotal .....	585.695.472,00	174.620.016,92	51.012.093,30	709.303.395,62
<b>TOTAL .....</b>	<b>2.569.134.429,00</b>	<b>540.269.160,84</b>	<b>328.467.690,37</b>	<b>2.780.935.899,47</b>

O reflexo das alterações introduzidas no orçamento inicial assim se resume:

Orçamento inicial . . . . .		2.569.134.429,00
Mais: Suplementações	540.269.160,84	
Menos: Reduções . . . . .	<u>328.467.690,37</u>	<u>211.801.470,47</u>
Orçamento com as alterações decretadas . . .		<u>2.780.935.899,47</u>

### 1.1.2 – CRÉDITOS ESPECIAIS

Em 1972 vigoraram 96 créditos especiais, classificados em 72 programas, no valor de Cr\$ 119.950.397,63, que correspondem a 4,13% do montante global da despesa autorizada.

Os créditos transferidos e os abertos no exercício assim se desdobram:

Créditos transferidos de 1971	4.011.055,91	
Menos: reduções . . . . .	<u>93,43</u>	4.010.962,48
Créditos abertos em 1972 . . . . .		<u>115.939.435,15</u>
Total dos créditos especiais que vigoraram em 1972		<u>119.950.397,63</u>

Apresenta-se, a seguir, uma síntese da destinação dos adicionais em apreço.

Pagamento de despesas de exercícios anteriores, incluindo vantagens de professores, de servidores policiais e de pessoal da Brigada Militar . . . . .	47.172.126,94
Investimentos, equipamentos e instalações . . . . .	10.828.145,94
Aquisição do equipamento de processamento eletrônico de dados do CPED e adaptação das instalações do mesmo . . . . .	10.651.000,00
Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras . . . . .	9.000.000,00
Constituição do Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM-RS . . . . .	7.500.000,00
Obras Públicas . . . . .	5.727.005,47
Aquisição e desapropriação de imóveis . . . . .	4.922.443,80
Auxílios diversos . . . . .	4.614.676,00
Contribuição à Fundação de Ciência e Tecnologia . . . . .	4.599.000,00
Aquisição de autobombas para o Batalhão de Bombeiros . . . . .	2.640.000,00
Aquisição de equipamento gráfico para o Departamento de Imprensa Oficial . . . . .	2.500.000,00
Aquisição de veículos e motocicletas para a Brigada Militar . . . . .	2.000.000,00
Contribuição à Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência . . . . .	1.827.037,00
Equipamentos e instalações para a TV Educativa . . . . .	1.100.000,00
Auxílios a municípios . . . . .	1.080.000,00
Para outros fins . . . . .	<u>3.788.962,48</u>
	<u>119.950.397,63</u>

Dos créditos especiais que tiveram vigência no ano sob exame, vinte e seis, no valor de Cr\$ 69.954.503,30, foram transferidos para o exercício de 1973. Com relação ao ano anterior, verificou-se um aumento de vinte, na quantidade, e de Cr\$ 65.943.447,39, no valor.

Dentre os adicionais transportados para 1973, a quantia de Cr\$ 36.282.503,20, mais da metade, portanto, teve como cobertura financeira o cancelamento de dotações orçamentárias, objetivando evitar sua prescrição.

## 1.2.0 – RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros que deram cobertura à despesa orçamentária, num total de Cr\$ 2.900.886.297,10, são desdobrados em três grupos, conforme análise que segue.

### 1.2.1 – FUNDO GERAL

Sob a designação Fundo Geral englobam-se as receitas que dão cobertura à despesa orçamentária sem qualquer afetação.

Para efeito de apreciação, os recursos desta categoria são divididos em dois subgrupos, compreendendo-se num, os da competência do exercício de 1972 e no outro, os da competência de exercícios anteriores, sendo que estes foram transferidos para 1972 juntamente com os créditos especiais aos quais deram cobertura. Eis a demonstração:

#### I – Recursos da competência do exercício de 1972

##### a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial . . . . .		2.569.134.429,00
Mais		
Previsão de maior arrecadação do imposto de circulação de mercadorias pago pelas indústrias beneficiadas pela Lei 4.508, de 8/2/63, relativamente a produtos sem similar . . . . .	10.000.000,00	
Previsão de maior arrecadação da receita de impostos . . . . .	90.000.000,00	
Maior arrecadação da receita patrimonial prevista . . . . .	<u>54.898.505,93</u>	<u>154.898.505,93</u>
		2.724.032.934,93
Menos		
Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios . . . . .	353.200.000,00	
Taxa Rodoviária Única		
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	23.834.000,00	
Parcela destinada às Prefeituras Municipais . . . . .	17.024.000,00	

Taxa de Cooperação para construção de Silos e Armazéns . . . . .	17.400.000,00	
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63 . . . . .	906.000,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64 . . . . .	4.476.929,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica . . . . .	21.987.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país . . . . .	900.000,00	
Operações de crédito orçadas . . . . .	170.000.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de recurso a créditos especiais . . . . .	<u>44.379.606,78</u>	<u>654.107.535,78</u>
		<u>2.069.925.399,15</u>
b) Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais . . . . .		<u>44.379.606,78</u>
		<u>2.114.305.005,93</u>

II — Recursos da competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do orçamento de 1971

Redução de dotações . . . . .		<u>4.011.055,91</u>
-------------------------------	--	---------------------

Os recursos do Fundo Geral podem ser divididos, também, segundo a natureza dos créditos a que se vincularam, como segue:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1972 . . . . .		2.069.925.399,15
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1972	44.379.606,78	
Recursos de exercícios anteriores	<u>4.011.055,91</u>	<u>48.390.662,69</u>
		<u>2.118.316.061,84</u>

1.2.2 — FUNDOS ESPECIAIS

De acordo com o que estatui a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no seu artigo 71, constituem Fundos Especiais as receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços, com exceção das operações de crédito.

Os elementos compreendidos nesta classe de recursos são especificados a seguir, considerada a competência dos exercícios e a natureza dos créditos a que dão cobertura.

I — Recursos da competência do exercício de 1972

Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios . . . . .	353.200.000,00
<b>Taxa Rodoviária Única</b>	
Destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	
Previsão orçamentária . . . . .	23.834.000,00
Maior arrecadação estimada . . . . .	5.528.000,00
Destinada aos municípios	
Previsão orçamentária . . . . .	17.024.000,00
Maior arrecadação estimada . . . . .	3.949.000,00
Taxa de Cooperação para construção de Silos e Armazéns . . . . .	17.400.000,00
<b>Transferências do Departamento da Loteria do Estado</b>	
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63 . . . . .	906.000,00
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64	
Previsão orçamentária . . . . .	4.476.929,00
Maior arrecadação prevista . . . . .	978.043,47
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	
Previsão orçamentária . . . . .	21.987.000,00
Maior arrecadação prevista . . . . .	4.660.419,95
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país	
Previsão orçamentária . . . . .	900.000,00
Maior arrecadação prevista . . . . .	<u>3.700.000,00</u>
	<u><u>458.543.392,42</u></u>

II — Recursos da competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1972		
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica . . . . .		7.513.563,90
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63 . . . . .	48.000,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64 . . . . .	<u>305.544,00</u>	<u>353.544,00</u>
		<u><u>7.867.107,90</u></u>

Os componentes dos Fundos Especiais assim se resumem:

Para cobertura de créditos ordinários	
Recursos do exercício de 1972 ..	458.543.392,42
Recursos de exercícios anteriores	<u>7.867.107,90</u>
	<u><u>466.410.500,32</u></u>

1.2.3 — OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito constituem o terceiro grupo de recursos que deram cobertura a autorizações de despesa.

Objetivando apurações a serem feitas no final deste capítulo, desdobram-se estes recursos nas seguintes classes: operações de crédito realizáveis, operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores e operações que não apresentavam possibilidade de realização.

De acordo com esse critério, as operações de crédito são apreciadas a seguir.

I — Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul — Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 20.008, de 5/12/69 — 4ª série ...	20.000,00	
Dec. 20.571, de 30/9/70 — 5ª série ...	1.007.763,49	
Dec. 21.701, de 26/4/72 — 6ª série ...	5.172.236,51	
Empréstimo em apólices Lei 6.452, de 5/12/72		
Dec. 22.202, de 7/12/72 .....	68.400.000,00	
Empréstimo contratado com "The First National Bank of Boston" — Lei 6.284, de 25/10/71 .....		
	60.600.000,00	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul — Lei 6.284, de 25/10/71		
Contrato nº 1 .....	28.500.000,00	
Contrato nº 2 .....	11.620.000,00	
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul — Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 22.224, de 19/12/72 — 1ª série..	<u>15.913.597,70</u>	191.233.597,70

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul — Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 21.701, de 26/4/72 — 6ª série ...	24.183.997,00	
Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos — Lei 5.249, de 16/7/66		
Dec. 17.989, de 8/8/66 — 1ª série ...	318.876,56	
Dec. 18.025, de 26/8/66 — 2ª série ...	291.612,42	
Dec. 18.372, de 18/1/67 — 3ª série ...	319.837,19	
Empréstimo em apólices Lei 5.344, de 23/12/66		
Dec. 18.322, de 28/12/66 .....	102.896,83	
Empréstimo em apólices Lei 5.553, de 27/12/67		
Dec. 18.842, de 27/12/67 .....	114.492,00	
EMI Electronics Limited, c/Financiamento TV Educativa — Dec. Legisl. 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70		
	1.100.000,00	
Empréstimo em apólices Lei 6.132, de 30/12/70		
Dec. 20.859, de 31/12/70 .....	460.000,00	
Burroughs Eletrônica Ltda., c/Financiamento Equipamento — Lei 6.395, de 7/7/72 .....		
	12.824.750,00	

Empréstimo em apólices Lei 6.452, de  
5/12/72

Dec. 22.202, de 7/12/72 .....

31.600.000,00

71.316.462,00

262.550.059,70

II — Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. — Lei 5.587, de  
29/12/67, alterada pelas de n.ºs 5.628 e 5.681, de 15/7/68 e 4/12/68,  
respectivamente .....

243.272,94

III — Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização

Para cobertura de créditos ordinários

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, correspon-  
dente a empréstimos não ultimados .....

53.366.402,30

As operações de crédito, vistas segundo a natureza das autorizações da despesa a que se vinculavam, assim se apresentam:

Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito realizáveis ..... 191.233.597,70

Operações de crédito que não apresentavam possibi-  
lidade de realização .....

53.366.402,30

244.600.000,00

Para cobertura de créditos especiais

Operações de crédito realizáveis ..... 71.316.462,00

Operações de crédito cujo produto foi recebido em  
exercícios anteriores .....

243.272,94

71.559.734,94

316.159.734,94

### 1.3.0 — RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

A determinação do resultado presumível do exercício é obtida mediante a conjugação do total das autorizações de despesa vigentes com os recursos financeiros que lhe dão cobertura. Destes últimos, todavia, devem ser excluídas as receitas classificadas no Fundo Geral e nos Fundos Especiais pertinentes a exercícios anteriores, bem como as operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores e aquelas que não apresentavam possibilidade de realização.

Para determinar o resultado presumível de 1972, portanto, serão considerados somente os recursos financeiros compreendidos no Fundo Geral e nos Fundos Especiais pertencentes ao exercício e as operações de crédito realizáveis, como se demonstra:

#### DESPESA FIXADA

Créditos ordinários ..... 2.780.935.899,47

Créditos especiais ..... 119.950.397,63

2.900.886.297,10



**RECURSOS FINANCEIROS**

Fundo Geral		
Da competência do exercício .....	2.114.305.005,93	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício .....	458.543.392,42	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis .....	<u>262.550.059,70</u>	<u>2.835.398.458,05</u>
<b>DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO .....</b>		<u><u>65.487.839,05</u></u>

## 2 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, ponto de partida para o exame e julgamento da gestão financeira, condensa as operações desta natureza realizadas durante o ano fiscal.

Este documento, além de sintetizar as receitas e despesas orçamentárias detalhadas nos numerosos anexos que o acompanham, engloba, também, as entradas e saídas que se processam independentemente das autorizações contidas na Lei de Meios, conjugadas com as disponibilidades iniciais e finais.

O Balanço Financeiro apresenta, ainda, como função de relevo, a de evidenciar as variações de que são passíveis os componentes do patrimônio financeiro, em decorrência das entradas e saídas monetárias pertinentes ao exercício sob exame.

As operações contempladas nessa peça técnica serão analisadas detalhadamente, a seguir, bem como o resultado da execução orçamentária.

### 2.1.0 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O resultado financeiro decorrente da execução orçamentária assim se resume:

<b>DESPESA REALIZADA</b>		
Despesas Correntes .....	1.948.413.990,97	
Despesas de Capital .....	<u>630.184.928,27</u>	2.578.598.919,24
<b>RECEITA REALIZADA</b>		
Receitas Correntes .....	2.238.182.339,60	
Receitas de Capital .....	<u>258.532.027,36</u>	<u>2.496.714.366,96</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Deficit .....		<u>81.884.552,28</u>

Representando 3,17% da despesa realizada, o resultado financeiro apurado situa-se como um dos mais baixos nos últimos cinco anos, como se vê:

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1968	114.462.458,98	12,6
1969	192.888.785,32	15,8
1970	81.430.534,80	5,2
1971	38.319.004,78	1,9
1972	81.884.552,28	3,2

Como o resultado presumível era de Cr\$ 65.487.839,05, verifica-se que o deficit apurado foi superior àquela previsão em Cr\$ 16.396.713,23, equivalentes a 25,04% da mesma.

A ocorrência do resultado negativo e a circunstância deste ter ultrapassado a estimativa deve-se, fundamentalmente, ao fato de a receita realizada não ter atingido o montante dos recursos considerados realizáveis, em que pesem os esforços desenvolvidos no sentido de incrementar a arrecadação.

Eis como se comportou a execução da receita em face dos recursos previstos:

Recursos financeiros realizáveis .....	2.835.398.458,05
Menos: Receita realizada .....	<u>2.496.714.366,96</u>
Menor receita .....	<u><u>338.684.091,09</u></u>

A despesa realizada, por sua vez, permaneceu aquém dos créditos votados em virtude da compressão dos gastos correntes, a saber:

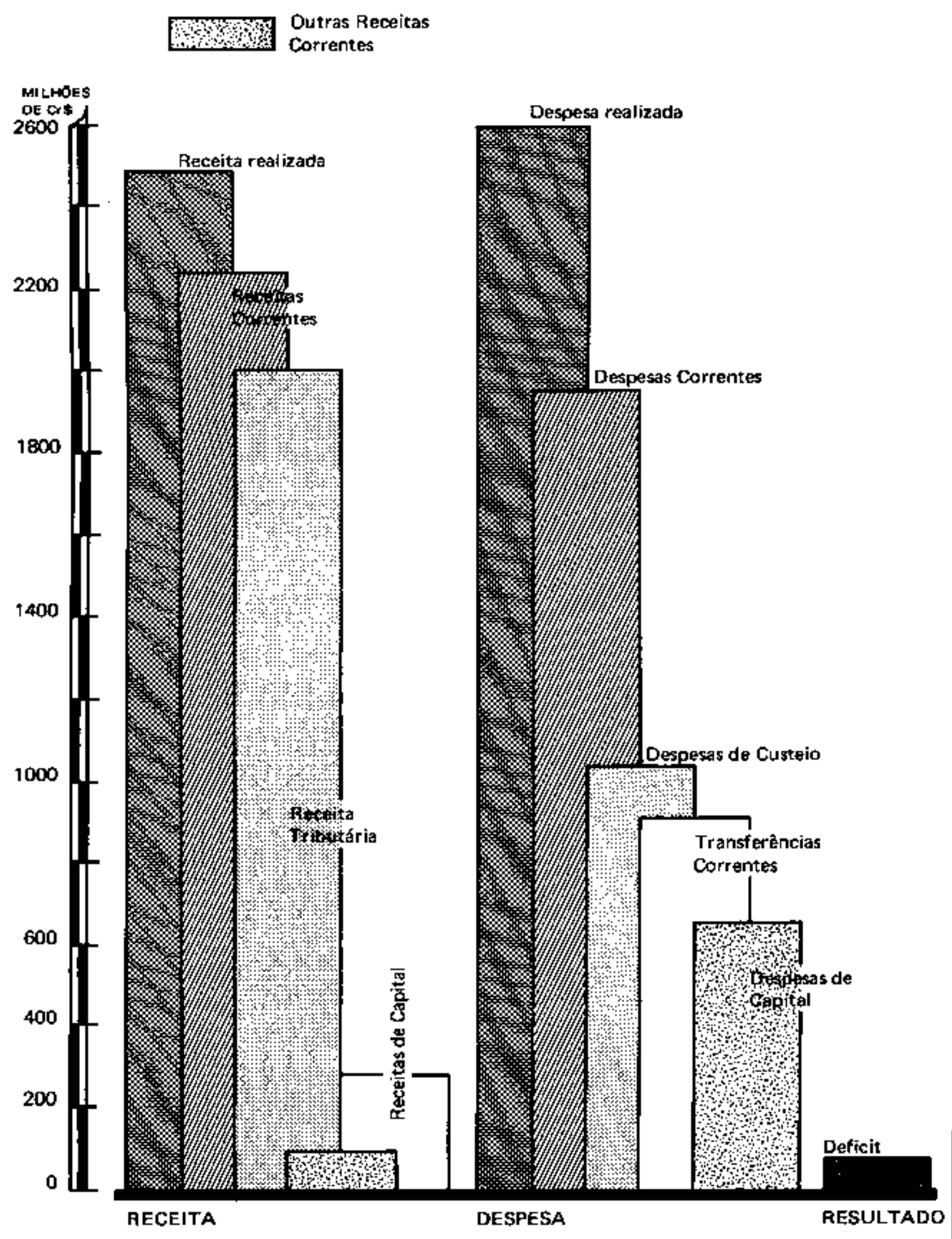
Despesa fixada .....	2.900.886.297,10
Menos: Despesa realizada .....	<u>2.578.598.919,24</u>
Menor despesa .....	<u><u>322.287.377,86</u></u>

Os fatos apontados determinaram a variação do deficit presumível, conforme evidenciam os seguintes dados:

Deficit presumível do exercício .....	65.487.839,05
Mais: Menor receita .....	338.684.091,09
Menos: Menor despesa .....	<u>322.287.377,86</u>
Deficit do exercício .....	<u><u>81.884.552,28</u></u>

O deficit financeiro apurado pode ser dividido através do gráfico que segue, no qual a execução orçamentária está representada, esquematicamente, segundo as categorias e subcategorias econômicas da despesa realizada, bem como pelas categorias, subcategorias econômicas e fontes que compõem o total da receita arrecadada.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



## 2.1.1 – ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária arrecadada no ano de 1972 alcançou o montante de . . . . . Cr\$ 2.496.714.366,96. Em confronto com a obtida no ano anterior, verifica-se um aumento da ordem de 30%. Mesmo com essa taxa de incremento, a previsão orçamentária deixou de ser atingida, cifrando-se em Cr\$ 72.420.062,04 a arrecadação a menor.

A análise detalhada da receita realizada é feita nos anexos que acompanham o Balanço Financeiro, desdobrada por categorias econômicas, fontes e rubricas, em confronto com as estimativas, e, ainda, segundo as estações arrecadadoras.

Em síntese, eis como pode ser divisada a execução da receita:

Receitas Correntes	Orçada	Arrecadada
I – Tributária		
Impostos . . . . .	1.835.000.000,00	1.900.281.028,60
Taxas . . . . .	97.358.000,00	108.275.641,18
Contribuição de melhoria	<u>1.000.000,00</u>	<u>—</u>
	1.933.358.000,00	2.008.556.669,78
II – Patrimonial . . . . .	8.960.000,00	63.833.188,27
III – Industrial . . . . .	15.916.500,00	14.635.400,71
IV – Transferências Correntes . . .	64.376.929,00	44.870.303,31
V – Receitas Diversas . . . . .	<u>125.180.000,00</u>	<u>106.286.777,53</u>
	2.147.791.429,00	2.238.182.339,60
Receitas de Capital		
Operações de crédito . . . . .	170.000.000,00	124.973.082,10
Transferências de Capital . . . . .	64.793.000,00	81.715.332,50
Diversas . . . . .	<u>186.550.000,00</u>	<u>51.843.612,76</u>
	<u>2.569.134.429,00</u>	<u>2.496.714.366,96</u>

Far-se-á, a seguir, detalhada análise da receita realizada, destacando-se os aspectos mais significativos.

### 2.1.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Os ingressos coletados sob esta classificação econômica atingiram a cifra de . . . . . Cr\$ 2.238.182.339,60, merecendo destaque o excesso de Cr\$ 90.390.910,60 que apresentaram sobre as respectivas previsões. Estas receitas serão apreciadas, pormenorizadamente, por fontes e rubricas.

#### RECEITA TRIBUTÁRIA

Os ingressos de origem tributária representam a maior fonte de recursos do Estado. A demonstração que segue evidencia a participação dos mesmos na formação da receita geral, no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1968	790.835.534,70	663.316.848,80	83,88
1969	1.020.640.977,89	892.531.435,07	87,45
1970	1.474.863.698,07	1.180.735.306,89	80,05
1971	1.919.526.046,35	1.628.777.416,42	84,85
1972	2.496.714.366,96	2.008.556.669,78	80,45

Esses dados permitem observar que a participação dos tributos na composição da receita geral do Estado apresenta sensíveis flutuações. Tal fato é devido, quase exclusivamente, a variações de natureza aleatória nos ingressos de algumas rubricas classificadas em outras fontes, particularmente nas de "indenizações e restituições" e "operações de crédito".

A composição da receita tributária, nos últimos cinco anos, pode ser vista através dos números absolutos e relativos que seguem:

Ano	Receita tributária	Receita de impostos		Receita de taxas	
		Nº <sup>º</sup> absolutos	%	Nº <sup>º</sup> absolutos	%
1968	663.316.848,80	647.397.890,92	97,6	15.918.957,88	2,4
1969	892.531.435,07	871.802.375,30	97,7	20.729.059,77	2,3
1970	1.180.735.306,89	1.133.684.194,55	96,0	47.051.112,34	4,0
1971	1.628.777.416,42	1.549.462.968,24	95,1	79.314.448,18	4,9
1972	2.008.556.669,78	1.900.281.028,60	94,6	108.275.641,18	5,4

Os elementos expostos revelam a absoluta preponderância dos impostos, apesar do incremento que as taxas apresentaram, nos últimos três anos.

**Impostos** — Os dois impostos da competência do Estado, e o imposto de renda retido na fonte, ~~transf~~ classificado neste grupo a partir do ano sob exame, proporcionaram a receita de Cr\$ 1.900.281.028,60, que ultrapassou em Cr\$ 65.281.028,60 a respectiva previsão.

Apresenta-se, a seguir, o comportamento do produto de impostos no último lustro, em números absolutos e relativos:

Ano	Receita de impostos	Índice	Crescimento em relação ao ano anterior %
1968	647.397.890,92	100	—
1969	871.802.375,30	134	34,66
1970	1.133.684.194,55	175	30,04
1971	1.549.462.968,24	239	36,67
1972	1.891.181.403,38	292	22,06

Através dos dados expostos verifica-se que o índice de aumento de 1972 foi o menor do quinquênio, não obstante o fato de ter sido incluído nesse grupo, no mencionado ano, o imposto de renda retido na fonte que, anteriormente, era classificado como transferências correntes.

Faça às previsões, eis como se comportaram os impostos:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto sobre a transmissão de bens móveis e de direitos a eles relativos . . . . .	26.000.000,00	28.363.474,70	+ 2.363.474,70
Imposto de renda retido na fonte . . . . .	9.000.000,00	9.099.625,22	+ 99.625,22
Imposto de circulação de mercadorias . . . . .	<u>1.800.000.000,00</u>	<u>1.862.817.928,68</u>	+ <u>62.817.928,68</u>
	<u>1.835.000.000,00</u>	<u>1.900.281.028,60</u>	+ <u>65.281.028,60</u>

O imposto de circulação de mercadorias que representa 98,0% da receita de impostos, 92,7% da receita tributária e 74,6% da receita geral, apresenta a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1968	640.403.060,67	100	—
1969	862.380.401,46	134	34,66
1970	1.120.504.603,10	175	29,93
1971	1.529.594.969,81	238	36,51
1972	1.862.817.928,68	291	21,78

Os índices percentuais do incremento desse imposto revelam a inconstância de seu crescimento. O maior índice pertence ao exercício anterior, ao passo que o de 1972 situa-se como o mais baixo da série. A redução da taxa de incremento deve-se a diversos fatores, merecendo destaque a redução da alíquota e os incentivos fiscais proporcionados à exportação de produtos manufaturados.

Por sua vez, a arrecadação do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos acusa o montante de Cr\$ 28.363.474,70, tendo superado a previsão em Cr\$ 2.363.474,70.

Sua evolução, no último lustro, assim se evidencia:

Ano	Arrecadação	Índice
1968	6.994.830,25	100
1969	9.421.973,84	134
1970	13.179.591,45	188
1971	19.867.998,43	284
1972	28.363.474,70	405

Como se observa, os dois últimos anos da série apresentam um acentuado crescimento, ainda que continue modesta a sua participação na formação da receita de impostos.

O imposto de renda retido na fonte ultrapassou por pequena margem a estimativa orçamentária.

Demonstra-se, a seguir, a evolução dos ingressos desta espécie no último quinquênio, com o esclarecimento de que, até 1971, os mesmos figuraram sob a classificação de transferências correntes.

Ano	Arrecadação	Índice
1968	2.953.209,65	100
1969	3.908.052,83	132
1970	4.283.375,16	145
1971	8.483.697,98	287
1972	9.099.625,22	308

**Taxas** — A arrecadação proporcionada pelas oito rubricas que integram essa espécie tributária, no exercício encerrado, atingiu o montante de Cr\$ 108.275.641,18, ultrapassando em . . . . . Cr\$ 10.917.641,18 as respectivas previsões.

No quadro que segue, apresentam-se os ingressos proporcionados pelas taxas, em confronto com as estimativas orçamentárias.

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de segurança pública . . . . .	13.000.000,00	17.005.525,37	+ 4.005.525,37
Taxa de serviços de trânsito - em geral	15.000.000,00	9.616.384,62	- 5.383.615,38
Taxa rodoviária única . . . . .	40.858.000,00	50.968.277,08	+ 10.110.277,08
Taxa de expediente . . . . .	2.500.000,00	2.786.648,09	+ 286.648,09
Taxa judiciária . . . . .	2.000.000,00	2.687.635,91	+ 687.635,91
Taxa de saúde pública . . . . .	6.500.000,00	6.983.885,45	+ 483.885,45
Taxa de cooperação ovinos . . . . .	100.000,00	69.778,94	- 30.221,06
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns . . . . .	17.400.000,00	18.157.505,72	+ 757.505,72
	<u>97.358.000,00</u>	<u>108.275.641,18</u>	+ <u>10.917.641,18</u>

Os dados alinhados mostram que apenas duas rubricas não atingiram as respectivas previsões. As outras seis ultrapassaram suas estimativas de forma significativa. Os mesmos elementos revelam, ainda, que as taxas rodoviária única e de cooperação para construção de silos e armazéns são responsáveis por mais de 60% da receita do grupo.

Apresenta-se, a seguir, a receita proporcionada pelas taxas, em números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
<b>Taxa de segurança pública</b>		
1968	2.766.869,28	100
1969	3.832.915,87	138
1970	8.022.138,99	290
1971	10.677.189,50	385
1972	17.005.525,37	618
<b>Taxa de serviços de trânsito - em geral</b>		
1968	10.162.146,04	100
1969	12.981.276,83	127
1970	7.089.877,22	70
1971	10.036.241,70	98
1972	9.616.384,62	94
<b>Taxa rodoviária única</b>		
1970	16.540.087,25	100
1971	37.472.268,89	226
1972	50.968.277,08	308
<b>Taxa de expediente</b>		
1968	788.592,46	100
1969	1.072.111,10	136
1970	1.554.710,78	197
1971	1.778.347,56	225
1972	2.786.648,09	353
<b>Taxa judiciária</b>		
1968	836.351,02	100
1969	1.115.304,19	133
1970	1.406.280,42	168
1971	1.914.553,39	229
1972	2.687.635,91	321
<b>Taxa de saúde pública</b>		
1968	1.318.809,54	100
1969	1.665.318,07	126
1970	3.175.641,33	240
1971	4.708.015,44	357
1972	6.983.885,45	529
<b>Taxa de cooperação - ovinos</b>		
1968	46.189,54	100
1969	62.133,71	134
1970	81.481,59	176
1971	86.908,48	188
1972	69.778,94	151



**Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns**

1968	2.189.453,06	100
1969	2.796.709,90	127
1970	4.938.072,78	225
1971	12.640.923,24	577
1972	18.157.505,72	829

*Contribuição de melhoria* — A exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, a "contribuição de melhoria", instituída pela Lei nº 5.907, de 24 de dezembro de 1969, deixou de ser lançada e cobrada, por falta de regulamentação do citado diploma legal, embora figurasse no orçamento com uma previsão de Cr\$ 1.000.000,00.

**RECEITA PATRIMONIAL**

A renda originária do patrimônio do Estado, estimada em Cr\$ 8.960.000,00, elevou-se a Cr\$ 63.833.188,27, ultrapassando aquela estimativa em Cr\$ 54.873.188,27.

A composição sintética desses ingressos assim se demonstra:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Receitas imobiliárias . . . . .	264.000,00	396.808,07	+	132.808,07
Receitas de valores mobiliários . . . . .	11.000,00	—	-	11.000,00
Participações e dividendos . . . . .	8.500.000,00	63.243.494,91	+	54.743.494,91
Outras receitas patrimoniais . . . . .	<u>185.000,00</u>	<u>192.665,29</u>	+	<u>7.665,29</u>
	<u>8.960.000,00</u>	<u>63.833.188,27</u>	+	<u>54.873.188,27</u>

Em "receitas imobiliárias" classificam-se os rendimentos compreendidos nas rubricas "aluguéis de imóveis" e "foros e laudêmios", nas quantias de Cr\$ 37.044,81 e Cr\$ 359.763,26, respectivamente.

Nada foi arrecadado à conta da rubrica "juros de títulos", componente do grupo "receitas de valores mobiliários".

Sob a especificação "participações e dividendos" englobam-se os rendimentos distribuídos ao Estado pelas seguintes empresas:

Companhia Estadual de Energia Elétrica . . . . .	51.155.653,10
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. . . . .	4.297.275,93
Petróleo Brasileiro S.A. . . . .	3.047.021,26
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) . . . . .	281.081,54
Frigorífico Anselmi S.A. — Indústria de Carnes, Derivados e Conservas . . . . .	1.800,00
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A. . . . .	772,80
Companhia Brasileira de Dragagem . . . . .	320,77

Na mesma classificação estão compreendidos os resultados operacionais do Fundo do Estado do Rio Grande do Sul — FUNDESG, no valor de Cr\$ 3.742.852,83, e da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., na quantia de Cr\$ 716.716,68.

Por último, figuram como "outras receitas patrimoniais" a parcela de Cr\$ 185.587,80, proveniente de juros de empréstimos concedidos, e a de Cr\$ 7.297,49, oriunda de juros obtidos sobre depósitos especiais.

**RECEITA INDUSTRIAL**

A receita proporcionada pelos órgãos industriais da Administração Direta somou . . . . . Cr\$ 14.635.400,71, inferior em Cr\$ 1.281.099,29 à respectiva previsão.

Dos sete estabelecimentos industriais constantes do orçamento, aos quais foi incluído, durante o ano, o Centro de Processamento Eletrônico de Dados, quatro acusaram rendas de forma a possibilitar sua contabilização, além das proporcionadas pelo mencionado Centro.

Pelo exposto, verifica-se que três unidades nada produziram, ou aplicaram a receita obtida na realização de despesas sem passarem pelo mecanismo orçamentário. Esse procedimento necessita de disciplinação, a fim de não desvirtuar as apurações contábeis.

As unidades que não comprovaram a renda produzida são as relacionadas a seguir, com a indicação dos respectivos montantes estimados:

Superintendência dos Serviços Penitenciários .....	200.000,00
Produção de bens e serviços da Secretaria da Agricultura	3.000.000,00
Produção da lavoura e pecuária .....	<u>20.000,00</u>
	<u>3.220.000,00</u>

Os ingressos produzidos pelas agências que desenvolvem atividade industrial, e dos quais houve possibilidade de contabilização, assim se apresentam:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro .....	1.800.000,00	577.168,19	-	1.222.831,81
Recreação pública .....	251.500,00	512.379,75	+	260.879,75
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça .....	45.000,00	125.000,00	+	80.000,00
Centro de Processamento Eletrônico de Dados	-	68.150,20	+	68.150,20
Departamento de Imprensa Oficial .....	<u>10.600.000,00</u>	<u>13.352.702,57</u>	+	<u>2.752.702,57</u>
	<u>12.696.500,00</u>	<u>14.635.400,71</u>	+	<u>1.938.900,71</u>

Como se vê, somente o Hospital Psiquiátrico São Pedro não alcançou a estimativa, destacando-se o Departamento de Imprensa Oficial entre os estabelecimentos que ultrapassaram a previsão.

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas transferidas ao Estado somaram Cr\$ 44.870.303,31, não tendo alcançado a previsão orçamentária, constatando-se uma arrecadação a menor de Cr\$ 19.506.625,69.

Estes ingressos repartiram-se pelas seguintes rubricas:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Salário-Educação .....	18.000.000,00	-	-	18.000.000,00
Contribuições dos Municípios				
Para o empréstimo externo de 1927 .....	60.000,00	110.383,46	+	50.383,46
Para o empréstimo externo de Pelotas .....	40.000,00	47.084,05	+	7.084,05
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos .....	40.000.000,00	38.064.264,58	-	1.935.735,42
Contribuição para aposentadoria dos servidores da Justiça .....	1.800.000,00	1.693.836,44	-	106.163,56
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado .....	<u>4.476.929,00</u>	<u>4.954.734,78</u>	+	<u>477.805,78</u>
	<u>64.376.929,00</u>	<u>44.870.303,31</u>	-	<u>19.506.625,69</u>

O quadro exposto revela que apenas a rubrica "salário-educação" deixou de acusar ingressos. Isto se deve ao fato de os recursos previstos no orçamento sob essa denominação serem provenientes de transferências da esfera federal, cujo recebimento e aplicação vêm sendo feitos diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, à margem da legislação. Cabe repisar a afirmação já feita em oportunidades anteriores de que essa anomalia, aliada à existente em alguns estabelecimentos industriais, desfigura os montantes da receita e da despesa, bem como os resultados e a composição do patrimônio administrativo do Estado.

Com uma estimativa de Cr\$ 18.000.000,00, a rubrica em questão responde quase totalmente pela menor arrecadação evidenciada nesse grupo.

Das demais rubricas das transferências correntes, apenas duas não atingiram as respectivas previsões, a saber: "contribuição de melhoria de proventos de servidores inativos", com uma menor receita de Cr\$ 1.935.735,42, e "contribuição para aposentadoria dos servidores da Justiça", com . . . . . Cr\$ 106.163,56 arrecadados a menos do que o previsto.

## RECEITAS DIVERSAS

Sob este título englobam-se receitas cifradas em Cr\$ 106.286.777,53, evidenciando-se uma arrecadação a menor de Cr\$ 18.893.222,47.

O montante arrecadado, em confronto com os quantitativos orçados, assim se discrimina:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Multas . . . . .	14.000.000,00	14.424.174,54	+	424.174,54
Indenizações e restituições . . . . .	50.000.000,00	67.665.030,34	+	17.665.030,34
Cobrança da dívida ativa . . . . .	50.000.000,00	21.465.014,23	-	28.534.985,77
Receita de exercícios anteriores . . . . .	500.000,00	643.577,27	+	143.577,27
Consignatários . . . . .	600.000,00	-	-	600.000,00
Comissão de cobrança da dívida ativa . .	10.000.000,00	366.625,67	-	9.633.374,33
Outras receitas . . . . .	80.000,00	1.722.355,48	+	1.642.355,48
	<u>125.180.000,00</u>	<u>106.286.777,53</u>	-	<u>18.893.222,47</u>

Pelo volume da receita produzida, destaca-se a rubrica "indenizações e restituições". Da arrecadação registrada sob este título, Cr\$ 56.940.266,70 correspondem ao cancelamento de despesas imputadas a exercícios anteriores, Cr\$ 2.171.944,79 a indenizações pela substituição de placas de veículos, enquanto os restantes Cr\$ 8.552.818,85 referem-se a restituições diversas.

Cabe destacar, ainda, os ingressos resultantes da "cobrança da dívida ativa", cujo montante de Cr\$ 21.465.014,23, ainda que situado bastante aquém da respectiva previsão orçamentária, ultrapassou a receita do ano anterior em Cr\$ 5.807.943,64. O comportamento desses ingressos, no último lustro, é demonstrado a seguir, em comparação com o valor dos créditos existentes no final de cada exercício.

Ano	Dívida ativa	Cobrança da dívida ativa	% da dívida ativa cobrada
1968	43.137.986,79	6.962.218,25	16,14
1969	78.012.944,78	9.635.614,27	12,35
1970	132.855.101,22	9.163.394,67	6,90
1971	198.145.864,96	15.657.070,59	7,90
1972	288.419.580,27	21.465.014,23	7,44

Os percentuais alinhados demonstram que, no exercício de 1972, verificou-se um pequeno decréscimo na cobrança dos mencionados créditos, em relação ao ano anterior.

Concluindo a apreciação dos ingressos agrupados sob esta fonte, verifica-se que, em "outras receitas", o excesso de Cr\$ 1.642.355,48 sobre a estimativa de Cr\$ 80.000,00 deve-se, em sua maior parte, ao montante arrecadado a título de "comissão de cobrança da dívida ativa em exercícios anteriores", e que se encontravam escriturados como "Depósitos Diversos", incorporados à receita sob a classificação em apreço.

## 2.1.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital realizadas no ano sob exame elevaram-se a Cr\$ 258.532.027,36. Em comparação com a estimativa de Cr\$ 421.343.000,00, constata-se uma receita a menor de ..... Cr\$ 162.810.972,64. Mesmo assim, verifica-se que os ingressos desta espécie superaram os de 1971 na quantia de Cr\$ 105.405.070,81.

Nesta categoria econômica predominam as operações de crédito, cujo produto, cifrado em Cr\$ 124.973.082,10, representa quase a metade da receita registrada no grupo. Seguem-se em importância as transferências da União Federal, com Cr\$ 80.901.741,46, e o produto da alienação de bens móveis e imóveis, com Cr\$ 41.761.240,61.

Discriminam-se, a seguir, as operações de crédito realizadas:

### I – Empréstimos internos

#### a) Em apólices

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul – Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª série .....	3.181.934,40	
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 22.224, de 19/12/72 .....	15.913.597,70	
Empréstimo Lei 6.076/70		
Dec. 20.721, de 27/11/70 .....	2.950.000,00	
Empréstimo Lei 6.079/70		
Dec. 20.720, de 27/11/70 .....	<u>220.000,00</u>	22.265.532,10

#### b) Empréstimos contratados

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Empréstimo "Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca – GEDIP" – Lei 6.164, de 31/12/70 .....		462.600,00
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Lei 6.284/71		
Contrato nº 1 .....	28.500.000,00	
Contrato nº 2 .....	<u>11.620.000,00</u>	40.120.000,00
Empréstimo "Financiadora de Estudos de Projetos S.A. – FINEP" – Bacia Taquari-Antas – Lei 5.631, de 5/8/68 .....		<u>1.524.950,00</u>
		64.373.082,10

### II – Empréstimo externo

#### Empréstimo contratado

The First National Bank of Boston – Londres – Lei 6.284, de 25/10/71	<u>60.600.000,00</u>
	<u>124.973.082,10</u>

Pelos algarismos alinhados, verifica-se que essas receitas ficaram aquém da respectiva previsão em Cr\$ 45.026.917,90, o que representa pouco mais da quarta parte dos Cr\$ 170.000.000,00 orçados.

A receita transferida pela União Federal assim se especifica:

	Previsão	Arrecadação	Maior arrecadação
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios .....	41.000.000,00	49.159.179,25	8.159.179,25
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	21.987.000,00	26.647.419,95	4.660.419,95
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	<u>900.000,00</u>	<u>5.095.142,26</u>	<u>4.195.142,26</u>
	<u>63.887.000,00</u>	<u>80.901.741,46</u>	<u>17.014.741,46</u>

Os dados alinhados revelam que nas três rubricas foi superada a estimativa.

Os demais ingressos que concorreram para a formação das receitas de capital discriminam-se da seguinte forma:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense . . . . .	50.000,00	27.549,14	-	22.450,86
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos reservados . . . . .	300.000,00	417.233,97	+	117.233,97
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos . . . . .	200.000,00	360.466,00	+	160.466,00
Alienações de ações . . . . .	185.000.000,00	40.955.991,40	-	144.044.008,60
Amortização de empréstimos concedidos	1.000.000,00	703.391,64	-	296.608,36
Departamento da Loteria do Estado . . . .	906.000,00	813.591,04	-	92.408,96
Outras receitas de capital . . . . .	-	9.378.980,61	+	9.378.980,61
	<u>187.456.000,00</u>	<u>52.657.203,80</u>	-	<u>134.798.796,20</u>

Destaca-se, no grupo, a receita de Cr\$ 40.955.991,40, obtida mediante a alienação de 8.014.367 ações da Petróleo Brasileiro S.A., ao preço médio de Cr\$ 5,11, cada uma, realizada com base na autorização contida na Lei nº 6.224, de 22 de junho de 1971. O montante estimado de Cr\$ 185.000.000,00 deixou de ser alcançado por larga margem.

Finalmente, cabe mencionar que os Cr\$ 9.378.980,61, incluídos como "outras receitas de capital", cuja arrecadação não havia sido prevista no orçamento, referem-se ao produto obtido com a alienação do direito de preferência do Estado na subscrição de ações relativas ao aumento de capital do Banco oficial, realizada com amparo na Lei nº 6.223, de 22 de junho de 1971.

### 2.1.1.3 - ARRECADAÇÃO POR EXATORIAS

As 161 exatorias que estiveram em funcionamento em 1972 arrecadaram a quantia de Cr\$ 1.907.703.541,04, correspondente a 76,40% dos ingressos globais. O volume de arrecadação é assim distribuído:

Cr\$	Número de exatorias	Arrecadação	%
de mais de 25 milhões	13	1.143.378.283,48	45,80
de mais de 20 até 25 milhões	5	108.824.339,24	4,35
de mais de 15 até 20 milhões	5	95.455.574,18	3,82
de mais de 10 até 15 milhões	12	148.672.299,67	5,96
de mais de 8 até 10 milhões	7	61.696.718,44	2,47
de mais de 7 até 8 milhões	3	22.800.198,51	0,91
de mais de 6 até 7 milhões	8	53.011.696,36	2,12
de mais de 5 até 6 milhões	6	33.369.511,17	1,34
de mais de 4 até 5 milhões	14	62.987.532,05	2,52
de mais de 3 até 4 milhões	24	82.783.842,33	3,32
de mais de 2 até 3 milhões	19	47.588.339,57	1,91
de mais de 1 até 2 milhões	22	33.372.050,61	1,34
de mais de 900 mil até 1 milhão	4	3.788.848,76	0,15
de mais de 800 mil até 900 mil	3	2.481.758,78	0,10
de mais de 700 mil até 800 mil	1	709.770,95	0,03
de mais de 600 mil até 700 mil	2	1.300.886,39	0,05
de mais de 500 mil até 600 mil	4	2.111.974,17	0,08
de mais de 400 mil até 500 mil	4	1.776.639,66	0,07
de mais de 300 mil até 400 mil	3	1.086.239,35	0,04
de mais de 200 mil até 300 mil	2	507.037,37	0,02
	<u>161</u>	<u>1.907.703.541,04</u>	<u>76,40</u>

As treze unidades compreendidas no primeiro grupo arrecadaram 59,93% do produto coletado pelas exatarias e 45,80% da receita geral. Essas unidades assim se discriminam:

	Arrecadação	%
Porto Alegre . . .	579.483.517,54	23,22
Caxias do Sul . . .	89.399.351,98	3,58
Pelotas . . . . .	79.955.687,49	3,20
Canoas . . . . .	67.590.541,18	2,71
Sapucaia do Sul . .	48.785.309,62	1,95
Novo Hamburgo . .	48.004.660,55	1,92
Rio Grande . . . . .	44.971.564,57	1,80
Santa Cruz do Sul	38.193.112,23	1,53
Passo Fundo . . . .	36.219.660,90	1,46
Santa Maria . . . . .	30.721.571,33	1,23
São Leopoldo . . . .	27.813.111,52	1,11
Ijuí . . . . .	26.394.442,74	1,06
Erexim . . . . .	<u>25.845.751,83</u>	<u>1,03</u>
	<u>1.143.378.283,48</u>	<u>45,80</u>

Das exatarias relacionadas, as primeiras doze conservaram a mesma ordem do ano anterior, tendo sido acrescida a de Erexim.

É oportuno esclarecer que a arrecadação procedida através dos estabelecimentos bancários é incorporada à realizada pelas exatarias.

Outrossim deve-se observar que o diferimento do imposto de circulação de mercadorias incidente sobre a produção agropecuária desvirtua a distribuição geográfica do tributo, uma vez que sua incidência ocorre, na maior parte das vezes, em área diferente da de produção.

## 2.1.2 — ANÁLISE DA DESPESA

Em 1972 foram realizadas despesas no total de Cr\$ 2.578.598.919,24, que, segundo a natureza dos créditos votados, assim se decompõem:

Créditos ordinários	2.529.773.430,12
Créditos especiais	<u>48.825.489,12</u>
	<u>2.578.598.919,24</u>

Nos diversos anexos que acompanham o Balanço Financeiro, a despesa é decomposta por órgãos, programas, categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções e subfunções.

A discriminação das rubricas orçamentárias e dos créditos especiais, abrangendo a dotação inicial e as alterações decretadas no exercício, a despesa realizada e o saldo resultante, é minuciosamente exposta através dos demonstrativos que integram o volume II do Balanço Geral.

Apresenta-se, no quadro que segue, a participação de cada um dos órgãos superiores da Administração na formação da despesa geral no último exercício, segundo a natureza dos créditos.

**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS**

ÓRGÃOS	DESPESA REALIZADA					
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%	Total	%
Assembleia Legislativa .....	22.574.343,34	99,5	105.571,44	0,5	22.679.914,78	0,88
Tribunal de Contas .....	6.728.379,45	100,0	—	—	6.728.379,45	0,26
Governo .....	32.178.079,47	99,5	150.000,00	0,5	32.328.079,47	1,25
Interior e Justiça .....	19.328.898,14	99,2	148.675,00	0,8	19.477.573,14	0,75
Coordenação e Planejamento .....	27.730.106,63	85,5	4.685.939,93	14,5	32.416.046,56	1,26
Fazenda .....	1.421.142.807,01	98,3	25.102.678,22	1,7	1.446.245.485,23	56,08
Agricultura .....	70.385.555,08	97,8	1.552.680,26	2,2	71.938.235,34	2,79
Indústria e Comércio .....	4.860.787,32	100,0	—	—	4.860.787,32	0,19
Energia, Minas e Comunicações .....	1.326.922,47	100,0	—	—	1.326.922,47	0,05
Transportes .....	933.185,07	75,1	310.000,00	24,9	1.243.185,07	0,05
Educação e Cultura .....	526.091.730,49	99,5	2.754.314,75	0,5	528.846.045,24	20,51
Saúde .....	74.209.566,04	99,9	111.670,00	0,1	74.321.236,04	2,88
Trabalho e Ação Social .....	14.154.981,95	98,6	200.000,00	1,4	14.354.981,95	0,55
Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	25.180.549,08	100,0	11.005,47	—	25.191.554,55	0,98
Segurança Pública .....	219.916.748,34	98,8	2.645.945,14	1,2	222.562.693,48	8,63
Administração .....	13.456.197,10	56,0	10.584.556,72	44,0	24.040.753,82	0,94
Turismo .....	7.688.468,01	100,0	—	—	7.688.468,01	0,30
Poder Judiciário .....	41.886.125,13	98,9	462.452,19	1,1	42.348.577,32	1,64
	<b>2.529.773.430,12</b>	<b>98,1</b>	<b>48.825.489,12</b>	<b>1,9</b>	<b>2.578.598.919,24</b>	<b>100,00</b>

O demonstrativo exposto revela que, dentre os dezoito órgãos superiores integrantes da Administração, apenas quatro realizaram a totalidade de seus dispêndios através de créditos ordinários, enquanto os demais se valeram, em maior ou menor intensidade, do mecanismo dos créditos especiais. A utilização sistemática de créditos especiais na realização de despesas vem dando às autorizações dessa espécie um caráter de normalidade, contrariando as boas normas da técnica financeira.

O mesmo quadro revela, também, a participação de cada órgão na composição da despesa geral do Estado, em valores absolutos e percentuais, cabendo à Secretaria da Fazenda posição de destaque, com 56,08% do total.

Impõe-se mencionar que os gastos realizados pela referida Pasta compreendem, além dos originários do exercício das funções que lhe são afetas, os decorrentes da despesa classificada como "encargos gerais do Estado", cujo montante ascendeu a Cr\$ 1.358.741.419,26. Sobressaem, dentre tais despesas, as contribuições para autarquias destinadas a custeio e investimentos; a transferência aos municípios de 20% da receita proporcionada pelo imposto de circulação de mercadorias e da parcela que lhes cabe do produto da taxa rodoviária única; os proventos de inativos; a integralização de capital de sociedades de economia mista e o serviço da dívida pública.

Excluídos os "encargos gerais do Estado", os dispêndios da Secretaria da Fazenda atingiram Cr\$ 87.504.065,97, representando apenas 3,39% da despesa geral.

Seguem-se-lhe, por ordem de grandeza na formação da despesa global, as Secretarias de Educação e Cultura e da Segurança Pública, cujas participações são expressas, respectivamente, pelos índices de 20,51% e 8,63%, cabendo mencionar-se o fato de que a primeira vem aplicando os recursos provenientes do "salário-educação" à margem das autorizações constantes da Lei de Meios.

A decomposição da despesa sob o critério econômico é sobretudo significativa e assim se discrimina:

Despesas Correntes		
Despesas de Custeio . . . .	1.058.103.196,92	
Transferências Correntes	<u>890.310.794,05</u>	1.948.413.990,97
Despesas de Capital		
Investimentos . . . . .	243.663.268,04	
Inversões Financeiras . .	65.779.718,16	
Transferências de Capital	<u>320.741.942,07</u>	<u>630.184.928,27</u>
		<u>2.578.598.919,24</u>

A distribuição funcional da despesa também é altamente elucidativa e apresenta-se como segue:

		%
0 – Governo e administração geral . . . . .	170.439.145,50	6,61
1 – Administração financeira . . . . .	622.294.723,92	24,14
2 – Defesa e segurança . . . . .	243.499.978,57	9,44
3 – Recursos naturais e agropecuários . . . . .	187.702.636,14	7,28
4 – Viação, transportes e comunicações . . . . .	299.686.592,07	11,62
5 – Indústria e comércio . . . . .	129.777.517,00	5,03
6 – Educação e cultura . . . . .	528.139.614,40	20,48
7 – Saúde . . . . .	60.946.288,15	2,36
8 – Bem-estar social . . . . .	325.368.290,15	12,62
9 – Serviços urbanos . . . . .	<u>10.744.133,34</u>	<u>0,42</u>
	<u>2.578.598.919,24</u>	<u>100,00</u>

Os algarismos expostos revelam que os setores “administração financeira”, “educação e cultura”, “bem-estar social” e “viação, transportes e comunicações” absorveram a maior parte dos recursos orçamentários, totalizando 68,86% da despesa geral do Estado.

A predominância dos gastos imputados ao setor “administração financeira” deve-se à inclusão, neste grupo, da transferência aos municípios da parcela de 20% do produto do imposto de circulação de mercadorias e dos encargos com a amortização, juros e despesas diversas da dívida interna e externa.

Apesar do pequeno decréscimo apresentado em relação ao ano anterior, em termos percentuais, o grupo “educação e cultura” aparece, como há vários exercícios, em posição de destaque – apenas superado pelos encargos com “administração financeira” – revelando a preocupação governamental com o desenvolvimento desse importante setor. Impõe-se, apenas, reiterar o fato de que, no montante dos gastos nele efetuados, não se incluem os cobertos com os recursos proporcionados pelo salário-educação, cujas aplicações vêm sendo feitas à margem das autorizações contidas na Lei de Meios.

No item “bem-estar social” incluem-se os dispêndios com vantagens a inativos e com as contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Em “viação, transportes e comunicações” reúnem-se os gastos com as transferências feitas a entidades da Administração Indireta, para o atendimento dos encargos de custeio e de investimentos particularmente relacionados com essa área da infra-estrutura econômico-estadual, além da transferência aos Municípios da parcela que lhes cabe na arrecadação da taxa rodoviária única.

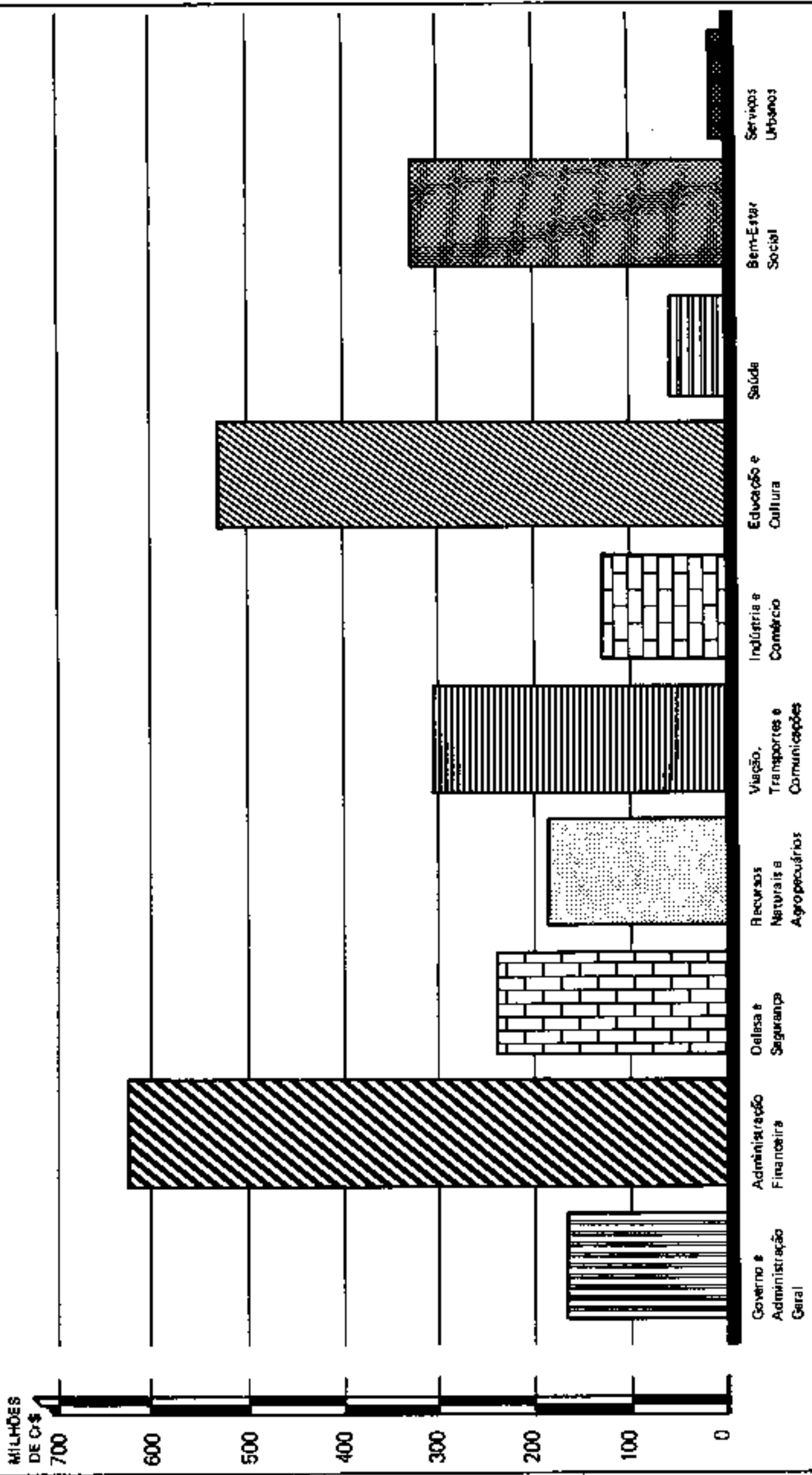
Os restantes 31,14% da despesa distribuem-se pelas demais funções, nenhuma delas chegando a atingir a décima parte dos dispêndios totais. Merecem destaque, ainda, “defesa e segurança”, com uma participação de 9,44%, e “recursos naturais e agropecuários”, que, junto com “viação, transportes e comunicações”, compõem os setores básicos para o desenvolvimento econômico-regional, revelando uma participação de 7,28%.

A seguir, apresenta-se, graficamente, a composição da despesa segundo as funções.



# DESPEZA ORÇAMENTARIA

## POR FUNÇÕES



Resta, finalmente, proceder-se à apreciação da despesa tendo em vista o critério que objetiva a identificação dos instrumentos de que se utilizou o Governo. Sob este aspecto, os gastos gerais do Estado desdobram-se em 28 elementos, cuja análise detalhada encontra-se nos anexos ao Balanço Geral da Administração Direta. Entretanto, bastante esclarecedora é a seguinte composição sintética:

Elementos	Despesa	%
Pessoal .....	789.640.635,24	30,62
Inativos .....	234.544.365,96	9,10
Diversas Transferências Correntes .....	494.911.783,12	19,19
Participação na Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Diversas .....	217.742.965,84	8,44
Contribuições Diversas .....	253.430.968,56	9,83
Outros dispêndios .....	<u>588.328.200,52</u>	<u>22,82</u>
	<u>2.578.598.919,24</u>	<u>100,00</u>

Do exposto verifica-se que seis elementos — considerando que as participações em empresas diversas abrangem os investimentos e as inversões financeiras — absorveram 77,18% do total da despesa, cabendo aos restantes vinte e dois o equivalente a 22,82%.

Embora não tenha sido regulamentado, até a presente data, o artigo 64 da Constituição Federal, que trata da limitação das despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios, apresenta-se, a seguir, a comparação dos gastos classificados no elemento "pessoal", nos últimos cinco anos, com as receitas correntes realizadas no mesmo período.

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Percentagem da despesa de pessoal sobre as receitas correntes
1968	334.765.436,21	722.397.927,85	46
1969	388.319.604,29	968.159.866,04	40
1970	493.502.289,07	1.389.893.385,21	36
1971	703.737.388,15	1.766.399.089,80	40
1972	789.640.635,24	2.238.182.339,60	35

Cabe mencionar que foram tomadas como despesas de pessoal as que a Lei Federal nº 4.320 enquadra como tais.

Entretanto, deve-se esclarecer que, além desses dispêndios, outros há que, embora classificados no elemento "serviços de terceiros", se referem a despesa com encarregados dos serviços de limpeza e higiene, de profilaxia e de assistência social.

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

A peça mais importante para o exame dos gastos governamentais, sob o aspecto legal, é a que apresenta o confronto da despesa fixada com a realizada, através do qual se evidencia a observância às limitações orçamentárias.

A mencionada comparação encontra-se minuciosamente detalhada nos quadros que compõem o volume II do Balanço Geral.

Far-se-á, no entanto, uma análise sucinta dos aspectos mais significativos que decorrem do confronto entre a despesa fixada e a realizada, segundo a natureza dos créditos, cabendo mencionar que nenhuma das especificações de gastos, quer ordinárias, quer especiais, foi ultrapassada.

**Despesa por créditos ordinários** — As alterações legalmente decretadas no exercício elevaram os créditos, inicialmente fixados na Lei de Meios em Cr\$ 2.569.134.429,00, para ..... Cr\$ 2.780.935.899,47, conforme foi exposto no primeiro capítulo.

Confrontando-se o montante das dotações alteradas com o da despesa realizada à conta das referidas autorizações, destaca-se a economia alcançada, como se vê:

Créditos ordinários	2.780.935.899,47
Despesa realizada .	<u>2.529.773.430,12</u>
Saldo .....	<u>251.162.469,35</u>

Estas economias representam 9,0% do valor dos créditos ordinários vigentes no exercício, constituindo-se no mais baixo índice dos últimos cinco anos, conforme se demonstra:

	1968	1969	1970	1971	1972
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	87.896	135.125	247.686	249.908	251.162
Porcentagem em relação à despesa fixada . .	9,1%	10,4%	14,0%	11,6%	9,0%

O saldo não utilizado se distribui pelos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa . . . . .	2.897.322,15
Tribunal de Contas . . . . .	1.343.244,55
Governo do Estado . . . . .	4.488.137,00
Secretaria do Interior e Justiça . . . . .	2.142.614,86
Secretaria de Coordenação e Planejamento . . . . .	11.841.367,37
Secretaria da Fazenda . . . . .	136.457.470,77
Secretaria da Agricultura . . . . .	8.649.377,36
Secretaria da Indústria e Comércio . . . . .	5.261.512,68
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações . . . . .	373.077,53
Secretaria dos Transportes . . . . .	397.814,93
Secretaria de Educação e Cultura . . . . .	42.018.518,51
Secretaria da Saúde . . . . .	3.436.923,96
Secretaria do Trabalho e Ação Social . . . . .	745.118,05
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas . .	3.543.526,65
Secretaria da Segurança Pública . . . . .	18.050.910,52
Secretaria da Administração . . . . .	2.442.815,90
Secretaria de Turismo . . . . .	616.531,99
Justiça . . . . .	<u>6.456.184,57</u>
	<u>251.162.469,35</u>

Especificam-se, a seguir, as dotações orçamentárias que apresentaram os maiores saldos:

**Secretaria de Coordenação e Planejamento**

5.01	4.3.5.0	Contribuições Diversas	
		Cooperação para Projetos Municipais e Comunitários	6.031.664,00

**Secretaria da Fazenda**

6.09	3.2.9.0	Diversas Transferências Correntes	
	3.2.9.3	Entidades Estaduais	
		Para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	30.000.000,00
	4.1.5.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	
		Cia. Estadual de Energia Elétrica	
		Projetos diversos . . . . .	17.329.709,44
		Cia. Rio-Grandense de Saneamento . . . . .	17.100.000,00
	4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	
		Central de Abastecimento S.A. . . . .	7.650.000,00
	4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento . . . . .	5.862.993,00
	4.3.5.0	Contribuições Diversas	
	4.3.5.2	Entidades Estaduais	
		Para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais . . . . .	5.000.000,00

Secretaria de Educação e Cultura

11.02	3.1.1.1.2.0	Pessoal Variável	
	3.1.1.1.2.6	Salários de contratados . . . . .	5.281.112,38
	4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial	
		Projetos diversos . . . . .	18.000.000,00

*Despesa por créditos especiais* — Em 1972, tiveram vigência créditos especiais no montante de Cr\$ 119.950.397,63. Desse valor, Cr\$ 48.825.489,12 foram utilizados na realização de despesas. Dos restantes Cr\$ 71.124.908,51, uma parcela foi transferida para o exercício seguinte e a outra perdeu a vigência, conforme se demonstra:

Saldos transferidos para 1973 . . . . .	69.954.503,30
Saldos extintos por perda de vigência. .	<u>1.170.405,21</u>
	<u>71.124.908,51</u>

Do montante não utilizado em 1972, apenas os saldos extintos caracterizam-se como real economia, pois, do valor dos créditos transferidos, uma parte refere-se a compromissos já assumidos e a outra representa autorizações utilizáveis no exercício de 1973, a saber:

Empenhos transferidos . . . . .	7.207.973,26
Saldos transferidos . . . . .	<u>62.746.530,04</u>
	<u>69.954.503,30</u>

**EVOLUÇÃO DA DESPESA**

O comportamento da despesa orçamentária, nos últimos cinco anos, é demonstrado pelos quadros constantes da próxima página.

Através dos índices que figuram no primeiro desses demonstrativos, no qual a despesa é desdobrada segundo a natureza dos créditos, verifica-se que os gastos atendidos mediante créditos ordinários cresceram num ritmo quase equivalente ao da despesa geral. Os dispêndios realizados pelo mecanismo dos créditos especiais e extraordinários apresentam flutuações nos anos de 1968 e 1970, sendo que, nos demais, se mantiveram praticamente estáveis.

Na segunda das mencionadas demonstrações, a despesa é classificada por elementos. A excessiva especificação dos gastos, sob esse ângulo, prejudica a apreciação. Entretanto, pode-se verificar que, dos seis elementos que compreendem praticamente quatro- quintos da despesa global, três apresentaram índices de incremento inferior ao dos gastos gerais, enquanto os demais cresceram num ritmo superior. Os três primeiros elementos são "pessoal", "inativos" e "diversas transferências correntes" e os últimos, "encargos diversos", "participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais e agrícolas" e "contribuições diversas".

O elevado crescimento registrado pelo elemento "encargos diversos" deve-se, na sua maior parte, à inclusão, no mesmo, das despesas com ajudas de custo e diárias, anteriormente classificadas em "pessoal".

Chama-se a atenção, ainda, para os índices da despesa classificada como "contribuições de previdência social", cujo incremento, no último ano, é devido, fundamentalmente, à instituição do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

Resta examinar o comportamento dos gastos desdobrados segundo as funções, cuja evolução é apresentada no último dos referidos quadros. Impõe-se destacar a posição dos setores "viação, transportes e comunicações", "defesa e segurança" e "indústria e comércio", com incremento superior ao da despesa geral, sendo que os demais acompanharam a evolução dos gastos globais. É de mencionar-se, ainda, que o setor dos "serviços urbanos" foi o que sofreu flutuações mais acentuadas no período considerado.

## EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos					Números relativos				
	1968	1969	1970	1971	1972	1968	1969	1970	1971	1972
Créditos ordinários .....	876.927.998	1.164.099.508	1.519.633.229	1.910.247.441	2.529.773.430	100	133	173	218	288
Créditos especiais e extraordinários .....	28.369.995	49.430.156	36.661.003	47.597.610	48.625.489	100	174	129	168	172
Despesa geral .....	905.297.993	1.213.529.763	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	100	134	172	216	286

## EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

ELEMENTOS	Números absolutos, em milhares de Cr\$					Números relativos				
	1968	1969	1970	1971	1972	1968	1969	1970	1971	1972
Pessoal .....	334.765	388.320	493.502	703.737	789.641	100	116	147	210	236
Material de Consumo .....	19.280	29.167	47.617	43.811	56.345	100	151	247	227	287
Serviços de Terceiros .....	21.854	33.281	48.404	57.202	86.187	100	154	223	264	398
Encargos Diversos .....	18.105	29.130	29.803	36.548	110.525	100	161	165	198	610
Despesas de Exercícios Anteriores .....	6.567	11.023	1.956	9.918	16.386	100	168	30	151	250
Subvenções Sociais .....	21.909	37.036	44.449	58.254	80.826	100	169	203	257	369
Subvenções Econômicas .....	-	-	-	-	1.400	-	-	-	-	-
Inativos .....	123.928	161.014	173.046	215.964	234.544	100	130	140	174	189
Pensionistas .....	3.824	5.660	6.849	8.018	9.002	100	148	182	210	235
Abono Familiar .....	3.970	4.579	6.150	6.984	8.349	100	115	155	176	210
Juros da Dívida Pública .....	12.205	20.999	25.806	31.583	34.960	100	172	211	259	286
Contribuições da Previdência Social .....	199	929	2.580	10.304	26.317	100	467	1.301	5.178	13.225
Diversas Transferências Correntes .....	183.111	245.844	321.023	413.850	494.912	100	134	175	226	270
Obras Públicas .....	16.636	21.014	42.855	9.972	38.014	100	125	256	59	214
Serviços em Regime de Programação Especial .....	239	480	801	7.672	4.721	100	206	344	3.293	2.026
Equipamentos e Instalações .....	3.315	13.986	10.009	8.797	35.394	100	422	302	285	1.068
Material Permanente .....	2.185	2.400	4.293	12.714	8.951	100	110	196	582	410
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas .....	46.049	63.035	76.185	52.634	158.682	100	137	165	115	344
Aquisição de Imóveis .....	1.940	1.301	5.750	875	1.141	100	67	296	48	59
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	10.477	35.207	10.785	38.420	59.161	100	336	103	367	566
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento .....	-	-	1.072	-	536	-	-	-	-	-
Constituição de Fundos Rotativos .....	94	94	3.150	2.650	4.943	100	100	3.351	2.819	5.257
Diversas Inversões Financeiras .....	-	27	442	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Pública .....	10.785	19.509	32.376	64.114	63.899	100	181	301	593	593
Auxílios para Obras Públicas .....	1.602	8.926	17.885	12.721	3.412	100	557	1.116	794	213
Auxílios para Equipamentos e Instalações .....	13	100	480	-	-	100	769	3.692	-	-
Contribuições Diversas .....	62.271	80.468	148.915	183.905	253.431	100	129	239	283	407
Despesa geral .....	905.297	1.213.530	1.556.293	1.957.845	2.578.599	100	134	172	216	286

## EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	Em números absolutos					Em números relativos				
	1968	1969	1970	1971	1972	1968	1969	1970	1971	1972
0 - Governo e administração geral .....	47.893.069	59.256.160	71.827.840	99.287.169	170.439.146	100	124	150	207	356
1 - Administração financeira .....	225.107.394	330.084.708	391.948.807	495.513.994	622.294.724	100	147	174	220	276
2 - Defesa e segurança .....	72.740.017	99.669.145	158.406.408	185.415.538	243.499.979	100	137	218	255	338
3 - Recursos naturais e agropecuários .....	61.559.203	72.118.698	104.104.399	86.732.128	187.702.636	100	117	169	141	304
4 - Viadão, transportes e comunicações .....	78.117.239	106.490.418	158.204.528	229.846.470	299.686.592	100	136	203	294	384
5 - Indústria e comércio .....	32.093.209	40.780.575	61.631.760	75.943.826	129.777.517	100	127	192	237	404
6 - Educação e cultura .....	196.798.813	237.188.311	317.315.437	418.231.260	528.139.614	100	121	161	213	268
7 - Saúde .....	22.188.276	29.017.360	39.463.011	50.682.057	50.946.288	100	131	178	228	275
8 - Bem-estar social .....	161.242.218	217.894.140	245.647.350	300.907.884	325.368.290	100	135	152	187	202
9 - Serviços urbanos .....	7.458.558	21.050.250	7.744.892	15.264.747	10.744.133	100	282	104	205	144
Despesa geral .....	905.297.994	1.213.529.763	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	100	134	172	216	286

**2.1.3 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**

Sob o critério da classificação econômica, a execução orçamentária pode ser assim resumida:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente . . .	2.238.182.339,60	1.948.413.990,97
Orçamento de Capital . . .	258.532.027,36	630.184.928,27
Deficit Financeiro . . .	<u>81.884.552,28</u>	<u>—</u>
	<u>2.578.598.919,24</u>	<u>2.578.598.919,24</u>

O resultado global pode ser decomposto, para uma análise mais detalhada, da seguinte forma:

**a) Orçamento Corrente**

**Receitas Correntes**

Receita Tributária . . . . .	2.008.556.669,78	
Receita Patrimonial . . . . .	63.833.188,27	
Receita Industrial . . . . .	14.635.400,71	
Transferências Correntes . . . . .	44.870.303,31	
Receitas Diversas . . . . .	<u>106.286.777,53</u>	2.238.182.339,60

**Despesas Correntes**

Despesas de Custeio . . . . .	1.058.103.196,92	
Transferências Correntes . . . . .	<u>890.310.794,05</u>	<u>1.948.413.990,97</u>
Superavit do Orçamento Corrente . . . . .		<u>289.768.348,63</u>

**b) Orçamento de Capital**

**Despesas de Capital**

Investimentos . . . . .	243.663.268,04	
Inversões Financeiras . . . . .	65.779.718,16	
Transferências de Capital . . . . .	<u>320.741.942,07</u>	630.184.928,27

**Receitas de Capital**

Operações de Crédito . . . . .	124.973.082,10	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis . . . . .	41.761.240,51	
Amortização de Empréstimos Concedidos . . . . .	703.391,64	
Transferências de Capital . . . . .	81.715.332,50	
Outras Receitas de Capital . . . . .	<u>9.378.980,61</u>	<u>258.532.027,36</u>

Deficit do Orçamento de Capital . . . . .		<u>371.652.900,91</u>
---	--	-----------------------

A conjugação dos resultados parciais apurados permite a recomposição do deficit financeiro da exercícia, como se expõe:

Deficit do Orçamento de Capital . . . . .	371.652.900,91
Menos: Superavit do Orçamento Corrente . . . . .	<u>289.768.348,63</u>
Deficit financeiro do exercício . . . . .	<u>81.884.552,28</u>

A exemplo do que ocorreu em exercícios anteriores, os algarismos alinhados evidenciam que o superavit do Orçamento Corrente vem se constituindo no principal suporte das despesas de capital.

A análise que se acaba de fazer é melhor divisada através da esquematização constante do quadro que segue.

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÓMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Receita Tributária . . . . .	2.008.556.669,78		Despesas de Custeio . . . .	1.058.103.196,92	
Receita Patrimonial . . . . .	63.833.188,27		Transferências Correntes	890.310.794,05	1.948.413.990,97
Receita Industrial . . . . .	14.635.400,71				
Transferências Correntes	44.870.303,31		Superavit . . . . .		289.768.348,63
Receitas Diversas . . . . .	106.286.777,53	2.238.182.339,60			
		2.238.182.339,60			2.238.182.339,60
Superavit do Orçamento Corrente . . . . .		289.768.348,63			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
Operações de Crédito . . . . .	124.973.082,10		Investimentos . . . . .	243.663.268,04	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis . . . . .	41.761.240,51		Inversões Financeiras . . . .	65.779.718,16	
Amortização de Empréstimos Concedidos . . . . .	703.391,64		Transferências de Capital	320.741.942,07	630.184.928,27
Transferências de Capital	81.715.332,50	258.532.027,36			
Outras Receitas de Capital	9.378.980,61	81.884.552,28			
Deficit . . . . .		630.184.928,27			630.184.928,27

#### 21.4 – ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No capítulo inicial apurou-se o resultado presumível do exercício, isto é, o que se verificaria na hipótese de ser realizada a totalidade dos recursos que apresentavam essa possibilidade e de serem executados integralmente os créditos votados.

O deficit presumível cifrou-se em Cr\$ 65.487.839,05, enquanto o efetivamente apurado elevou-se a Cr\$ 81.884.552,28, isto é, 25,04% acima do previsto.

Em termos globais, o resultado da gestão financeira assim se apresenta:

Despesa realizada	2.578.598.919,24
Receita realizada	<u>2.496.714.366,96</u>
Deficit financeiro	<u>81.884.552,28</u>

A origem desse resultado pode ser demonstrada mediante a decomposição da despesa, conforme a vinculação legal e técnica dos recursos que lhe deram cobertura, e o seu confronto, classe a classe, com estes.

Eis a demonstração dos recursos e da despesa realizados, segundo os grupos em que se decompõem:

## RECEITA REALIZADA

I	— Fundo Geral.....		1.900.971.702,10
II	— Fundos Especiais		
	Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios.....	363.990.441,93	
	Taxa rodoviária única		
	Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.....	29.731.494,68	
	Parcela destinada às Prefeituras Municipais	21.236.782,40	
	Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns.....	18.157.505,72	
	Contribuição do Departamento da Loteria do Estado.....	4.954.734,78	
	Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legisl. 2.954/72, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições".....	142.470,00	
	Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica.....	26.647.419,95	
	Quota-parte do imposto único sobre minerais do país.....	5.095.142,26	
	Auxílio do Departamento da Loteria do Estado.....	<u>813.591,04</u>	470.769.582,76
III	— Operações de crédito		
	Operações de crédito realizadas conforme discriminação constante da Análise da Receita.....		<u>124.973.082,10</u>
			<u>2.496.714.366,96</u>

## DESPESA REALIZADA

I	— Com cobertura em recursos do Fundo Geral		
	a) da competência do exercício de 1972		
	à conta de créditos ordinários.....	1.873.106.672,10	
	à conta de créditos especiais.....	<u>8.075.598,55</u>	1.881.182.270,65
	b) da competência de exercícios anteriores		
	à conta de créditos especiais.....		3.932.977,43
II	— Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais		
	a) da competência do exercício de 1972		
	à conta de créditos ordinários.....	457.566.052,42	
	b) da competência de exercícios anteriores		
	à conta de créditos ordinários.....	<u>7.867.107,90</u>	465.433.160,32
III	— Com cobertura em recursos de operações de crédito		
	à conta de créditos ordinários.....	191.233.597,70	
	à conta de créditos especiais.....	<u>36.816.913,14</u>	<u>228.050.510,84</u>
			<u>2.578.598.919,24</u>



Pondo-se em confronto a receita obtida em cada classe de recursos com a despesa realizada à conta dos mesmos, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

I – Resultado da gestão do Fundo Geral		
Receita realizada .....		1.900.971.702,10
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício . . .		<u>1.881.182.270,65</u>
Superavit da gestão dos recursos do exercício .....		19.789.431,45
Despesa realizada à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores .....		<u>3.932.977,43</u>
Superavit da gestão do Fundo Geral .....		<u>15.856.454,02</u>
II – Resultado da gestão dos Fundos Especiais		
Receita realizada .....		470.769.582,76
Despesa realizada		
à conta dos recursos da competência do exercício .....	457.566.052,42	
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores .....	<u>7.867.107,90</u>	<u>465.433.160,32</u>
Superavit da gestão dos Fundos Especiais .....		<u>5.336.422,44</u>
III – Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito		
Despesa realizada .....		228.050.510,84
Receita realizada .....		<u>124.973.082,10</u>
Deficit da gestão de operações de crédito .....		<u>103.077.428,74</u>

A conjugação dos resultados parciais apurados recompõe o resultado financeiro inicialmente demonstrado, como segue:

Superavit da gestão do Fundo Geral . . .	15.856.454,02
Superavit da gestão dos Fundos Especiais	5.336.422,44
Deficit da gestão de operações de crédito	<u>103.077.428,74</u>
Deficit financeiro do exercício .....	<u>81.884.552,28</u>

## 2.2.0 – OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

As operações extra-orçamentárias compreendem as entradas e saídas financeiras que se realizam independentemente das autorizações contidas na Lei de Meios.

Ditas operações figuram no Balanço Financeiro, classificadas da seguinte forma:

### RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada) . . .	207.870.482,41
Serviço da Dívida a Pagar .....	9.655.584,52
Depósitos .....	138.200.698,62
Débitos de Tesouraria .....	596.723.639,79
Outras operações .....	<u>663.155.950,18</u>
	<u>1.615.606.355,52</u>

**DESPESA**

Restos a Pagar .....	240.149.422,34
Serviço da Dívida a Pagar .....	7.066.660,29
Depósitos .....	139.084.871,84
Débitos de Tesouraria .....	471.446.663,05
Outras operações .....	<u>663.514.262,04</u>
	<u>1.521.261.879,56</u>

As operações extra-orçamentárias podem ser grupadas, também, segundo a natureza de fatos de que se originam e os efeitos que provocam na composição do patrimônio financeiro, como se demonstra:

**RECEITA**

Recebimento de créditos	30.616.033,58
Formação de Dívidas . . .	<u>1.584.990.321,94</u>
	<u>1.615.606.355,52</u>

**DESPESA**

Formação de Créditos . .	29.027.178,21
Pagamento de Dívidas . .	<u>1.492.234.701,35</u>
	<u>1.521.261.879,56</u>

**2.2.1 – RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

*Recebimento de Créditos* – As entradas resultantes da cobrança de créditos inscritos no ativo financeiro assim se discriminam:

**Diversos Responsáveis**

Recolhimento no exercício .....		21.038,77
---------------------------------	--	-----------

**Devedores Diversos**

Aparício F.M. Miranda .....	1.410.000,00	
Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio .....	10.839.643,43	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/ Imposto Único sobre Energia Elétrica a Aplicar .....	6.864.460,66	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	4.602.339,99	
Devedores do Departamento Central da Administração do Material .....	888.277,67	
Devedores do Departamento de Imprensa Oficial .....	2.827.155,16	
Outras contas .....	<u>279.865,32</u>	27.711.742,23

**Suprimentos Autorizados**

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras		2.600.000,00
Prefeituras Municipais, c/ Devedoras .....		<u>283.252,58</u>
		<u>30.616.033,58</u>

**Formação de Dívidas** — Neste grupo classificam-se a contrapartida de despesas empenhadas e não pagas, o recebimento de depósitos, os ingressos obtidos mediante o lançamento de letras do Tesouro e a realização de empréstimos por antecipação da receita. Essas operações assim se distribuem:

<b>Restos a Pagar de 1972</b>		
<b>Despesa processada</b>		
Contas a Pagar .....	22.630.953,94	
Vencimentos a Pagar .....	41.858.003,96	
Folhas a Pagar .....	<u>21.926.895,81</u>	
<b>Despesa não processada</b>	86.415.853,71	
<b>Empenhos a Liquidar .....</b>	<u>121.454.628,70</u>	207.870.482,41
<b>Serviço da Dívida a Pagar</b>		
Serviço da Dívida Fundada Interna .....	8.227.927,61	
Serviço da Dívida Fundada Externa .....	<u>1.427.656,91</u>	9.655.584,52
<b>Depósitos Recebidos</b>		
<b>Depósitos Diversos</b>		
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa .....	460.401,67	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Multas por infração .....	135.724,39	
Depósitos, c/Tributos Diversos .....	846.593,42	
Hospital Psiquiátrico São Pedro .....	138.280,30	
Instituto Nacional de Previdência Social, c/Salário- -Família .....	153.394,35	
Pensões Alimentícias .....	1.724.142,19	
Receita a Restituir - 1972 .....	727.686,72	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Federal .....	48.027,57	
União Federal, c/Imposto sobre a Renda - Empreiteiros .....	214.048,90	
União Federal, c/Taxa Rodoviária Única .....	34.003.617,70	
Vencimentos não Reclamados .....	81.025,78	
Outras contas .....	<u>15.911,06</u>	38.548.854,05
<b>Depósitos de Consignatários</b>		
Associação dos Ferroviários Aposentados do Rio Grande do Sul .....	101.593,07	
Associação dos Fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias .....	438.635,20	
Associação dos Funcionários das Exatorias Estaduais do Rio Grande do Sul .....	331.130,27	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul .....	3.941.960,91	
Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul .....	137.457,17	
Associação dos Servidores Públicos Inativos do Rio Grande do Sul .....	153.232,30	
Caixa de Pecúlio dos Militares .....	999.738,19	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul .....	2.618.528,21	
A Boavista Companhia de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro .....	230.627,29	
Companhia de Seguros Previdência do Sul, c/Prêmio de Seguro .....	1.809.854,17	
Companhia Internacional de Seguros, c/Prêmio de Seguro .....	215.715,58	
Companhia Seguradora Adriática, c/Prêmio de Se- guro .....	187.440,24	
Companhia Seguradora Aliança de Minas Gerais, c/Prêmio de Seguro .....	88.562,57	

Companhia Seguradora Brasileira, c/Prêmio de Seguro .....	762.230,95	
Companhia União de Seguros Gerais, c/Prêmio de Seguro .....	288.816,78	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda. ....	1.973.800,57	
Federal de Seguros S.A., c/Prêmio de Seguro .....	277.242,83	
Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar ...	110.512,72	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	62.200.680,55	
Instituto Nacional de Previdência Social .....	2.129.925,70	
Montepio da Brigada Militar .....	334.962,34	
Montepio Nacional dos Bancários .....	279.064,89	
Sociedade Financeira dos Servidores .....	317.148,07	
Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro .....	44.324,26	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual .....	1.139.991,70	
União Gaúcha dos Policiais Cíveis .....	1.955.582,60	
Outras contas .....	<u>260.363,08</u>	83.329.122,21
Retenções .....		481.182,48
Cauções .....		695.095,10
Depósitos Públicos e Judiciais .....		165.222,96
Depósitos de Autarquias		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias .....	243.495,73	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Manutenção de Serviços de Rodovias ..	6.865.355,60	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária .....	1.026,64	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa .....	35.980,35	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura .....	6.795.588,41	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa ..	183.929,44	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Receita de Exercícios Anteriores .....	15.809,71	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos .....	788.836,95	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos em Dívida Ativa ...	<u>51.198,99</u>	14.981.221,82
Outras Operações		
Contribuições para Autarquias		
Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuição para Custeio .....	3.000.000,00	
Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuição para Investimentos .....	2.234.997,57	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Custeio .....	60.000.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Investimentos .....	128.500.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária Única .....	29.362.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Custeio .....	20.000.000,00	

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Investimentos . . . . .	5.000.000,00	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei 2.605/55 . . . . .	800.000,00	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Melhoria às Pensões em Manutenção. . . . .	9.000.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Con- tribuição para Custeio . . . . .	3.600.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Con- tribuição para Investimentos . . . . .	<u>1.001.000,00</u>	262.497.997,57
<b>Contribuições para Fundações</b>		
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	2.100.000,00	
Fundação de Ciência e Tecnologia . . . . .	4.599.168,00	
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha . . . . .	2.224.000,00	
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor . . . . .	8.596.400,00	
Fundação Gaúcha do Trabalho . . . . .	800.000,00	
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre . . . . .	3.726.029,00	
Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência . . . . .	1.827.037,00	
Fundação Universitária de Cardiologia . . . . .	<u>1.500.000,00</u>	25.372.634,00
Fundo de Participação dos Municípios . . . . .		52.185.468,43
<b>Credores Diversos</b>		
Aços Finos Piratini S.A., c/Capital a Integralizar . . . . .	26.000.000,00	
Açúcar Gaúcho S.A., c/Capital a Integralizar . . . . .	650.000,00	
Banco do Brasil S.A., c/Patrimônio do Servidor Pú- blico . . . . .	20.644.143,09	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Ca- pital a Integralizar . . . . .	6.601.252,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Ces- são de Direitos - Lei 6.223/71 . . . . .	3.827.550,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Des- pesas de Condomínio . . . . .	108.937,12	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fun- do de Financiamento da Indústria de Laticínios . . . . .	76.546,26	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fun- do de Garantia do Tempo de Serviço . . . . .	451.097,72	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Li- quidação do Ativo do Banco Pelotense . . . . .	186.189,98	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Re- passe do Banco Central do Brasil . . . . .	124.569,32	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira a Inte- gralizar . . . . .	14.640.000,00	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo do Estado do Rio Grande do Sul a Integralizar . . . . .	4.742.852,83	
Central de Abastecimento S.A., c/Capital a Integra- lizar . . . . .	3.305.000,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Capital a Integralizar . . . . .	115.667.927,51	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns . . . . .	15.000.000,00	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns, c/Capital a Integralizar . . . . .	16.424.510,00	
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar . . . . .	800.000,00	

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentado- ras, c/Contribuição para Investimentos .....	14.500.000,00	
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar ..	3.000.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	221.273,71	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento, c/Capi- tal a Integralizar .....	6.600.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Integralizar .....	24.875.258,91	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ...	304.878,74	
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, De- rivados e Conservas, c/Capital a Integralizar ...	600.000,00	
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	181.131,28	
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A., c/Capital a Integralizar .....	37.370,00	
Mobilizadora de Capitais S.A. - Financiamento, Cré- dito e Investimentos .....	535.755,00	
Petróleo Brasileiro S.A., c/Capital a Integralizar ...	7.325.957,00	
Produtos Gaúchos S.A., c/Capital a Integralizar ...	500.000,00	
Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Educação Especializada - Projeto Faixa de Fron- teira .....	269.400,00	
Outras contas .....	<u>33.652,12</u>	288.235.252,59
<b>Débitos de Tesouraria</b>		
Banco do Brasil S.A., c/Antecipação da Receita ...	10.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/An- tecipação da Receita .....	66.209.216,51	
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, c/Antecipação da Receita .....	40.358.333,20	
Letras do Tesouro .....	<u>480.156.090,08</u>	596.723.639,79
Ordens de Pagamento .....		1.939.599,93
Cheques a Pagar .....		2.144.254,16
Prefeituras Municipais, c/Credoras .....		80,15
Departamento Central da Administração do Material		
Fundo de Estoque de Material .....	20.084,87	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material .....	<u>144.544,90</u>	<u>164.629,77</u>
		<u>1.584.990.321,94</u>

## 2.2.2 – DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

**Formação de Créditos** - Sob esta classificação estão capituladas as inscrições de crédito no ativo financeiro, decorrentes de contrapartida de receitas e de saídas financeiras, a saber:

Diversos Responsáveis	
Glosas aplicadas no exercício .....	11.681,40
Devedores Diversos	
Antecipações efetuadas pelo Departamento Central da Administração do Material .....	2.853.748,62

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Serviço Empréstimo Adela Investment Company S.A. . . . .	450.000,00	
Barrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio . . . . .	1.826.350,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. . . . .	8.523.305,97	
Danilo Landó . . . . .	1.524.950,00	
Departamento da Loteria do Estado, c/Lei 4.999/65 . . . . .	1.419.161,31	
Depósitos vinculados à compensação do Imposto de Circulação de Mercadorias . . . . .	355.542,05	
Instituto Nacional de Previdência Social . . . . .	144.176,77	
Mello Castro - Corretora de Títulos e Câmbio Ltda. . . . .	323.310,40	
Serviços faturados pelo Departamento de Imprensa Oficial . . . . .	9.625.654,77	
Outras contas . . . . .	<u>174.241,45</u>	27.220.441,34
<b>Suprimentos Autorizados</b>		
Companhia Materiais Pró Casa Popular . . . . .	565.754,16	
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos . . . . .	<u>50.000,00</u>	615.754,16
<b>Prefeituras, c/Devedoras</b>		
<i>Créditos formados no exercício, resultantes de várias operações</i> . . . . .		<u>1.179.301,31</u>
		<u>29.027.178,21</u>

**Pagamento de Dívidas** - Reúnem-se sob esta classificação o pagamento de resíduos passivos, o cancelamento dos mesmos em contrapartida da receita, a restituição de depósitos e o resgate de letras do Tesouro e de empréstimos por antecipação de receita, que assim se desdobram:

<b>Restos a Pagar</b>		
de 1967 . . . . .	1.515.341,05	
de 1968 . . . . .	73.687,16	
de 1969 . . . . .	2.393.647,34	
de 1970 . . . . .	52.583.430,96	
de 1971 . . . . .	<u>183.583.315,83</u>	240.149.422,34
<b>Serviço da Dívida a Pagar</b>		
Serviço da Dívida Fundada Interna . . . . .		7.066.660,29
<b>Depósitos Restituídos</b>		
<b>Depósitos Diversos</b>		
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa . . . . .	1.490.489,57	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Multas por infração . . . . .	131.514,61	
Depósitos, c/Tributos Diversos . . . . .	284.019,84	
Instituto Nacional de Previdência Social, c/Salário-Família . . . . .	153.394,35	
Pensões Alimentícias . . . . .	1.699.422,41	
Receitas a Restituir - 1972 . . . . .	667.261,48	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Federal . . . . .	35.768,69	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Única . . . . .	27.988.371,55	
União Federal, c/Imposto sobre a Renda - Empreiteiros . . . . .	145.463,89	
Vencimentos não Reclamados . . . . .	72.294,66	
Outras contas . . . . .	<u>184.885,82</u>	32.852.886,87

Depósitos de Consignatários

Associação dos Ferroviários Aposentados do Estado do Rio Grande do Sul .....	92.452,16	
Associação dos Fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias .....	440.162,65	
Associação dos Funcionários das Exatorias do Rio Grande do Sul .....	357.555,68	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul .....	3.873.283,08	
Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul .....	134.623,85	
Associação dos Servidores Inativos do Estado do Rio Grande do Sul .....	132.543,42	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul ...	85.455,30	
Caixa de Pecúlio dos Militares .....	897.844,65	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul .....	2.629.040,34	
A Boavista Companhia de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro .....	225.096,43	
Companhia de Seguros Previdência do Sul, c/Prêmio de Seguro .....	1.781.260,13	
Companhia Internacional de Seguros, c/Prêmio de Seguro .....	210.904,66	
Companhia Seguradora Adriática, c/Prêmio de Seguro .....	189.337,18	
Companhia Seguradora Aliança de Minas Gerais, c/Prêmio de Seguro .....	76.397,88	
Companhia Seguradora Brasileira, c/Prêmio de Seguro .....	740.625,75	
Companhia União de Seguros Gerais, c/Prêmio de Seguro .....	272.434,79	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda. ....	1.981.489,48	
Federal de Seguros S.A., c/Prêmio de Seguro .....	271.760,04	
Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar .....	110.512,72	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	69.276.009,81	
Instituto Nacional de Previdência Social .....	1.960.786,66	
Montepio da Brigada Militar .....	328.253,02	
Montepio Nacional dos Bancários .....	269.627,81	
Sociedade Financeira dos Servidores .....	297.927,76	
Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro .....	49.195,71	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual .....	1.100.165,50	
União Gaúcha dos Policiais Cíveis .....	1.863.019,44	
Outras contas .....	<u>172.015,55</u>	89.819.781,45
Retenções .....		598.505,40
Cauções .....		478.227,90
Depósitos Públicos e Judiciais .....		1.322.992,32
Depósitos de Autarquias		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias .....	239.873,55	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Manutenção de Serviços de Rodovias ..	6.970.015,68	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária .....	720,83	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa .....	37.011,35	



Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperaçã o e Defesa da Orizicultura .....	5.736.811,53	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperaçã o e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa .....	184.420,94	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Receita de Exercícios Anteriores .....	15.809,71	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos .....	788.156,12	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos em Dívida Ativa .....	39.520,19	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul .....	<u>138,00</u>	<b>14.012.477,90</b>
<b>Outras Operações</b>		
<b>Contribuições para Autarquias</b>		
Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuiçã o para Custeio .....	3.000.000,00	
Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuiçã o para Investimentos .....	1.920.647,57	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Custeio .....	60.000.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Investimentos .....	126.526.262,29	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária Única .....	42.745.864,95	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Custeio .....	20.000.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Investimentos .....	9.344.246,74	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Abo no Provisório .....	30,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Con tribuição para Custeio .....	3.600.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Con tribuição para Investimentos .....	<u>1.266.853,00</u>	<b>268.403.904,55</b>
<b>Contribuições para Fundações</b>		
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul .....	1.900.000,00	
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	1.400.000,00	
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha .....	2.304.000,00	
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor .....	6.100.000,00	
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	698.500,00	
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	3.726.029,00	
Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência .....	1.300.000,00	
Fundação Universitária de Cardiologia .....	<u>1.500.000,00</u>	<b>18.928.529,00</b>
Fundo de Participação dos Municípios .....		<b>45.839.307,60</b>
<b>Credores Diversos</b>		
Aços Finos Piratini S.A., c/Capital a Integralizar .....	21.000.000,00	
Banco do Brasil S.A., c/Patrimônio do Servidor Pú blico .....	20.644.143,09	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Ca pital a Integralizar .....	6.601.252,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Ces são de Direitos - Lei 6.223/71 .....	3.827.550,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Des pesas de Condomínio .....	253.353,83	

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fun- do de Financiamento da Indústria de Laticínios .	76.546,26	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fun- do de Garantia do Tempo de Serviço . . . . .	438.903,67	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Re- passe do Banco Central do Brasil . . . . .	700.680,19	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira a Integra- lizar . . . . .	20.369.660,52	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo do Estado do Rio Grande do Sul a Integralizar . . . . .	4.742.852,83	
Central de Abastecimento S.A., c/Capital a Integra- lizar . . . . .	6.885.000,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Capital a Integralizar . . . . .	133.167.533,71	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns, c/Capital a Integralizar . . . . .	18.157.505,72	
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar . . . . .	1.090.000,00	
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimenta- das, c/Contribuição para Investimentos . . . . .	12.500.000,00	
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar . . .	450.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento, c/Capi- tal a Integralizar . . . . .	12.828.800,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Integralizar . . . . .	24.875.258,91	
Companhia Rio-Grandense de Turismo, c/Capital a Integralizar . . . . .	1.640.000,00	
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, De- rivados e Conservas, c/Capital a Integralizar . . . . .	600.000,00	
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A., c/Capital a Integralizar . . . . .	387.370,00	
Instituto Rio-Grandense do Arroz . . . . .	115.175,50	
Mobilizadora de Capitais S.A. - Financiamento, Cré- dito e Investimentos . . . . .	535.755,00	
Petróleo Brasileiro S.A., c/Capital a Integralizar . . .	7.306.069,00	
Produtos Gaúchos S.A., c/Capital a Integralizar . . .	715.000,00	
Secretaria da Agricultura - Divisão de Enologia . . .	38.104,52	
Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Educação Especializada - Projeto Faixa de Fronteira . . . . .	269.400,00	
Secretaria de Educação e Cultura, c/Expansão do Ensino Primário . . . . .	500.000,00	
Outras contas . . . . .	<u>1.684,00</u>	300.717.598,75
<b>Débitos de Tesouraria</b>		
Banco do Brasil S.A., c/Antecipação da Receita . . .	40.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/An- tecipação da Receita . . . . .	38.544.530,77	
Letras do Tesouro . . . . .	<u>392.902.132,28</u>	471.446.663,05
Cheques a Pagar . . . . .		263.932,65
<b>Departamento Central da Administração do Material</b>		
Fundo de Estoque de Material . . . . .	71.733,48	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material . . . . .	<u>262.077,80</u>	<u>333.811,28</u>
		<u>1.492.234.701,35</u>

### 2.3.0 – REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A execução do orçamento e as operações extra-orçamentárias determinam variações no patrimônio financeiro, tanto de ordem qualitativa como quantitativa.

As mencionadas alterações assim se demonstram:

<b>Nas disponibilidades</b>	
Situação final .....	78.328.480,08
Situação inicial .....	<u>65.868.556,40</u>
Aumento de disponibilidades ..	<u>12.459.923,68</u>
<b>No ativo realizável</b>	
Formação de créditos .....	29.027.178,21
Recebimento de créditos .....	<u>30.616.033,58</u>
Diminuição de créditos .....	<u>1.588.855,37</u>
<b>Na dívida flutuante</b>	
Formação de dívidas .....	1.584.990.321,94
Pagamento de dívidas .....	<u>1.492.234.701,35</u>
Aumento de dívidas .....	<u>92.755.620,59</u>

A conjugação das variações apuradas recompõe o déficit financeiro do exercício, como se vê:

<b>Variações passivas</b>		
Diminuição de créditos .....	1.588.855,37	
Aumento de dívidas .....	<u>92.755.620,59</u>	94.344.475,96
<b>Menos</b>		
<b>Variações ativas</b>		
Aumento de disponibilidades .....		<u>12.459.923,68</u>
Deficit financeiro do exercício .....		<u>81.884.552,28</u>

Convém esclarecer que as modificações experimentadas pelo patrimônio financeiro decorreram, exclusivamente, da gestão financeira, a exemplo do que se verificou em 1971

### 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial espelha a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio administrativo do Estado ao término do ano fiscal de 1972.

Esta peça técnica desdobra o patrimônio em dois grupos básicos, denominados patrimônio financeiro e patrimônio permanente.

Na área financeira reúnem-se, como componentes ativos, os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis e, como componentes passivos, os débitos de tesouraria, os depósitos de terceiros e os resíduos passivos.

No grupo permanente comparecem, como elementos positivos, os bens de uso especial, as participações, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e de aumento de capital e os estoques de material e, como elementos negativos, a dívida fundada interna e a externa.

O patrimônio financeiro, que acusa um descoberto de Cr\$ 723.966.239,28, assim se apresenta:

Passivo		
Restos a Pagar .....	248.565.552,75	
Serviço da Dívida a Pagar ...	39.231.888,32	
Depósitos .....	32.243.170,08	
Débitos de Tesouraria .....	339.283.696,37	
Diversos .....	<u>209.435.939,96</u>	868.760.247,48
Ativo		
Disponível .....	68.689.979,69	
Vinculado .....	9.638.500,39	
Realizável .....	<u>66.465.528,12</u>	<u>144.794.008,20</u>
Passivo financeiro descoberto .....		<u><u>723.966.239,28</u></u>

A comparação da situação líquida financeira existente ao término do ano sob exame com a do ano anterior revela um agravamento igual ao deficit financeiro apurado, como se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/71	642.081.687,00
Deficit resultante da execução orçamentária	<u>81.884.652,28</u>
Passivo financeiro descoberto em 31/12/72	<u><u>723.966.239,28</u></u>

Diversamente se apresenta o patrimônio permanente, cuja situação líquida positiva é evidenciada, a seguir, mediante o confronto sintético de seus elementos positivos e negativos:

Ativo		
Bens Móveis . . . . .	107.811.796,21	
Bens Imóveis . . . . .	139.222.515,93	
Bens de Natureza Industrial	8.478.596,81	
Créditos . . . . .	291.901.033,74	
Participações . . . . .	1.513.958.375,65	
Diversos . . . . .	<u>95.137.738,77</u>	2.156.510.057,11
Passivo		
Dívida Fundada Interna . .	231.882.089,75	
Dívida Fundada Externa . .	<u>76.641.048,94</u>	<u>308.523.138,69</u>
Ativo permanente líquido . . . . .		<u>1.847.986.918,42</u>

Conjugando-se o passivo financeiro descoberto com o ativo permanente líquido obtém-se a situação líquida do patrimônio do Estado, como se expõe:

Ativo permanente líquido . . . .	1.847.986.918,42
Passivo financeiro descoberto . .	<u>723.966.239,28</u>
Ativo Real Líquido . . . . .	<u>1.124.020.679,14</u>

O Balanço Patrimonial abrange, ainda, as chamadas contas de compensação, que representam as garantias dadas ou recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos e outras situações que, indiretamente, podem vir a afetar o patrimônio real.

Sinteticamente, tais contas assim se apresentam:

Valores em poder de terceiros . .	111.793.928,30
Valores de terceiros . . . . .	10.221.659,45
Valores nominais emitidos . . .	199.793.249,31
Diversos . . . . .	<u>1.074.172.893,51</u>
	<u>1.395.981.730,57</u>

### 3.1.0 – ATIVO DO ESTADO

Analizam-se, a seguir, os componentes do ativo, segundo os grupos em que se classifica o patrimônio.

#### 3.1.1 – ATIVO FINANCEIRO

No final do ano de 1972, o ativo financeiro do Estado, compreendendo o disponível, o vinculado e o realizável, atingiu a importância de Cr\$ 144.794.008,20, ultrapassando em Cr\$ 10.871.068,31 a posição acusada pelo Balanço Patrimonial do ano anterior. Segue a demonstração:

	1972	1971	Varição em 1972
Disponível	68.689.979,69	65.868.556,40	+ 2.821.423,29
Vinculado	9.638.500,39	—	+ 9.638.500,39
Realizável	<u>66.465.528,12</u>	<u>68.054.383,49</u>	- 1.588.855,37
	<u>144.794.008,20</u>	<u>133.922.939,89</u>	+ 10.871.068,31

As disponibilidades do Estado assim se desdobram:

Caixa .....	5.475.803,38
Bancos .....	27.062.557,22
Exatores .....	36.012.448,11
Moedas e Metais ..	<u>139.170,98</u>
	<u>68.689.979,69</u>

A parcela vinculada distribui-se pelas seguintes estabelecimentos bancários:

Banco do Brasil S.A. ....	12.703,74
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	8.980.485,26
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	<u>645.311,39</u>
	<u>9.638.500,39</u>

No ativo realizável agrupam-se os créditos e os valores cuja realização independe de autorização legislativa especial. São classificados nas contas que seguem:

Diversos Responsáveis .....	122.161,99
Devedores Diversos .....	59.382.863,42
Suprimentos Autorizados .....	1.891.041,66
Prefeituras, c/Devedoras .....	5.067.154,77
Valores do Estado .....	<u>2.306,28</u>
	<u>66.465.528,12</u>

Essas contas encontram-se discriminadas nos anexos que acompanham o Balanço Patrimonial. É mister, entretanto, tecer algumas considerações sobre sua proveniência e seu conteúdo.

Na conta "Diversos Responsáveis" figuram os débitos de agentes administrativos, resultantes de pagamentos indevidos ou receitas não arrecadadas.

Em "Devedores Diversos" contabilizam-se os débitos de terceiros de diferentes origens, destacando-se as seguintes parcelas: Cr\$ 23.890.365,60, de devedores do Departamento de Imprensa Oficial, em sua maior parte constituídos por repartições estaduais; Cr\$ 17.624.635,76, de responsabilidade da União Federal, e referentes ao pagamento efetuado pelo Estado, nos exercícios de 1959 a 1968, a inativos ferroviários; e Cr\$ 8.523.305,97, de responsabilidade da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, relativos a suprimentos feitos pelo Estado, a serem aplicados em aumentos de capital. Os restantes Cr\$ 9.344.556,09 distribuem-se por numerosos devedores.

Sob o título "Suprimentos Autorizados" reúnem-se os débitos de diversas entidades, totalizando Cr\$ 1.891.041,66. Salientam-se, neste grupo: o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, com Cr\$ 638.589,29; a Companhia Materiais Pró Casa Popular, com Cr\$ 929.819,25; e a Rede Ferroviária Federal S.A., com Cr\$ 251.879,00.

Em "Prefeituras, c/Devedoras" registram-se os débitos de diversas prefeituras municipais, num total de Cr\$ 5.067.154,77, cabendo à Prefeitura de Porto Alegre Cr\$ 2.182.966,45.

Por último, a conta "Valores do Estado" comparece com Cr\$ 2.306,28, relativos a valores mobiliários. As 2.240 debêntures da Companhia de Indústrias Gerais de Obras e Terras, do valor nominal de Cr\$ 1,00, cada uma, respondem pela quase totalidade daquela soma.

### 3.1.2 – ATIVO PERMANENTE

Os diversos elementos ativos componentes do grupo permanente do Balanço Patrimonial, compreendendo os bens físicos, as participações em sociedades de economia mista, os créditos de lenta realização e outras inversões, atingiam, ao término do período administrativo em exame, a soma de . . . . . Cr\$ 2.156.510.057,11.

A seguir, desdobra-se o patrimônio permanente segundo os grupos que o compõem, comparando-se as posições existentes no final dos últimos dois anos.

	1972	1971	Aumento em 1972
Bens Móveis . . . . .	107.811.796,21	63.834.537,78	43.977.258,43
Bens Imóveis . . . . .	139.222.515,93	111.825.301,26	27.397.214,67
Bens de Natureza Industrial . . . . .	8.478.596,81	8.478.596,81	—
Créditos . . . . .	291.901.033,74	202.234.200,19	89.666.833,55
Participações . . . . .	1.513.958.375,65	1.151.212.106,24	362.746.269,41
Diversos . . . . .	<u>95.137.738,77</u>	<u>70.054.150,03</u>	<u>25.083.588,74</u>
	<u>2.156.510.057,11</u>	<u>1.607.638.892,31</u>	<u>548.871.164,80</u>

Os bens físicos compreendidos nos títulos "Bens Móveis", "Bens Imóveis" e "Bens de Natureza Industrial", não foram, ainda, objeto de tombamento completo. Apenas os abrangidos pela conta "Almoxarifados", integrante do grupo "Diversos", representando os materiais em depósito, são objeto de rigoroso controle físico e contábil.

O grupo "Créditos" engloba as seguintes contas:

Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 . . . . .	357.002,08
Dívida Ativa . . . . .	288.419.580,27
União Federal, c/Responsabilidades Diversas . . . . .	48.871,77
Devedores por Empréstimos . . . . .	3.074.342,91
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa . . . . .	<u>1.236,71</u>
	<u>291.901.033,74</u>

Dentre as contas relacionadas destaca-se a "Dívida Ativa", referente a débitos de contribuintes já apurados e não satisfeitos nos respectivos prazos. No ano sob exame, estes créditos acusaram um aumento de Cr\$ 90.273.715,31, assim demonstrado:

Saldo em 31/12/71 . . . . .	198.145.864,96
Mais: Inscrições . . . . .	111.738.729,54
Menos: Cobranças . . . . .	<u>21.465.014,23</u>
Saldo em 31/12/72 . . . . .	<u>288.419.580,27</u>

Merece destaque, ainda, a quantia de Cr\$ 3.074.342,91, inscrita sob o título "Devedores por Empréstimos", relativa a dívidas de prefeituras municipais decorrentes da revenda de equipamentos importados pelo Estado, com financiamento idêntico ao proporcionado pelo fornecedor.

As ações representativas da participação do Estado na composição do capital de empresas encontram-se registradas sob o grupo "Participações", assim classificado:

Participações em Sociedades de Economia Mista . . . . .	1.480.939.574,65
Participações Diversas . . . . .	<u>33.018.801,00</u>
	<u>1.513.958.375,65</u>

A seguir apresenta-se a discriminação das empresas de cujo capital o Estado participa. Esses demonstrativos destacam o capital subscrito, as parcelas integralizadas e as pendentes de integralização, desdobrando-se as últimas, ainda, conforme tenham ou não sido empenhadas.

#### DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.72	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A.	43.896.496,25	11.387.044,75	55.083.540,00	30.153.110,00	85.246.650,00
Açúcar Gaúcho S.A.	2.259.000,00	650.000,00	2.909.000,00	952.564,28	3.861.564,28
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	37.149.220,00	-	37.149.220,00	-	37.149.220,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	6.859.929,00	-	6.859.929,00	-	6.859.929,00
Central de Abastecimento S.A.	7.650.000,00	-	7.650.000,00	-	7.650.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	783.194.497,48	122.802,52	783.317.300,00	29.155.700,00	812.473.000,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	10.120.638,00	-	10.120.638,00	-	10.120.638,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	90.796.754,88	2,97	90.796.757,85	6.268.242,35	96.065.000,00
Companhia Alitergis Pró-Casa Popular	34.000,00	-	34.000,00	-	34.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	5.449.940,00	2.550.000,00	7.999.940,00	-	7.999.940,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração	14.988.401,00	-	14.988.401,00	-	14.988.401,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	4.999.700,80	959.421,20	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	328.000,00	-	328.000,00	-	328.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	201.999.000,00	4.600.000,00	206.599.000,00	13.400.000,00	219.999.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	202.669.874,00	-	202.669.874,00	15.000.000,00	217.669.874,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo	1.855.000,00	635.000,00	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Petróleo Brasileiro S.A.	43.336.275,00	19.888,00	43.336.275,00	-	43.336.275,00
Produtos Gaúchos S.A.	3.600.000,00	-	3.600.000,00	-	3.600.000,00
	1.480.015.415,21	20.924.159,44	1.480.939.574,65	93.969.816,61	1.574.909.191,26

#### DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.72	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Agrole S.A. - Tratores e Motores	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	1.500.000,00
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A.	3.091,00	-	3.091,00	-	3.091,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	17.500.000,00	-	17.500.000,00	-	17.500.000,00
Companhia Brasileira do Cobre	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A.	200.506,00	-	200.506,00	-	200.506,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Consertos	600.000,00	-	600.000,00	-	600.000,00
Indústria de Celulose Borregaard S.A.	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A.	441.600,00	-	441.600,00	-	441.600,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	6.019.650,00	-	6.019.650,00	-	6.019.650,00
ÚNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	118.800,00	-	118.800,00	-	118.800,00
	33.018.801,00	-	33.018.801,00	-	33.018.801,00

No ano de 1972, a participação do Estado nas sociedades de economia mista aumentou em Cr\$ 352.811.307,41, assim distribuídos:

Aços Finos Piratini S.A.	26.000.000,00
Açúcar Gaúcho S.A.	650.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	3.300.626,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	807.719,00
Central de Abastecimento S.A.	3.305.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	203.604.600,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	16.424.510,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	800.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	7.999.940,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração	2.330.601,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	26.600.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	54.770.821,41
Petróleo Brasileiro S.A.	5.717.490,00
Produtos Gaúchos S.A.	500.000,00
	<u>352.811.307,41</u>

Cabe esclarecer que a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul foi constituída no ano sob exame.



Demonstra-se, a seguir, a origem do aumento da participação acionária do Estado na Petróleo Brasileiro S.A.:

Subscrição de ações . . .	7.325.957,00	
Bonificação em ações . .	<u>39.347.524,40</u>	46.673.481,40
Menos		
Alienação de ações . . . . .		<u>40.955.991,40</u>
Aumento líquido . . . . .		<u>5.717.490,00</u>

Para concluir o exame das sociedades de economia mista, impõe-se mencionar que houve uma redução de Cr\$ 1.072.000,00 na participação da Companhia Materiais Pró Casa Popular, decorrente de retificação de registros de anos anteriores.

Por seu turno, o grupo "Participações Diversas" acusa um incremento de . . . . . Cr\$ 11.006.962,00, que assim se reporta:

Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A. . . . .	515,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul . . . . .	9.500.000,00
Companhia Brasileira do Cobre . . . . .	615.500,00
Construções Eletromecânicas S.A. . . . .	80.547,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas . . . . .	600.000,00
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A. . . . .	91.600,00
ÚNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. . . . .	<u>118.800,00</u>
	<u>11.006.962,00</u>

Cabe citar que o acréscimo relativo à participação do Estado na ÚNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. refere-se a ações adquiridas em 1972.

Finalmente, os Cr\$ 95.137.738,77 escriturados sob o grupo "Diversos" distribuem-se pelas seguintes contas:

Fundos para Financiamento . . . . .	81.938.002,76
Valores Ativos em Liquidação . . . . .	12.913,11
Fundos para Aumento de Capital . . . . .	6.000.000,00
Almoxarifados . . . . .	<u>7.186.822,90</u>
	<u>95.137.738,77</u>

Os diversos fundos constituídos pelo Estado, destinados a financiar setores específicos da economia rio-grandense, assim se discriminam:

Administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
Carteira de Crédito Agrícola . . . . .	17.227.216,30
Plano de Financiamento à Indústria Hoteleira . . . . .	10.000,00
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho . . . . .	2.500.000,00
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios . . . . .	176.546,26
Administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	
Fundo de Cooperação Financeira . . . . .	44.111.087,37
Fundo de Investimento da Pecuária . . . . .	2.670.300,00
Fundo do Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	<u>15.242.852,83</u>
	<u>81.938.002,76</u>

Em relação ao ano anterior, esses fundos apresentam um incremento da ordem de Cr\$ 23.713.936,51, assim distribuídos:

Carteira de Crédito Agrícola .....	4.154.537,42
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios	176.546,26
Fundo de Cooperação Financeira .....	14.640.000,00
Fundo do Estado do Rio Grande do Sul .....	4.742.852,83
	<u>23.713.936,51</u>

Em "Fundos para Aumento de Capital" contabilizam-se as transferências efetuadas a diversas prefeituras municipais, para aplicação em projetos de eletrificação rural, cujas obras, quando concluídas, serão incorporadas ao patrimônio da Companhia Estadual de Energia Elétrica, à conta de aumento de capital do Estado.

A quantia inscrita na conta "Almoxarifados" indica o valor dos materiais em depósito nas diversas unidades administrativas, bem como a extensão monetária da responsabilidade patrimonial dos agentes que os têm sob sua guarda. Esses bens foram objeto de inventários analíticos em 31/12/72, os quais instruirão os processos de tomadas de conta dos respectivos responsáveis.

A apreciação do ativo permanente completa-se com a menção de que a conta "Valores Ativos em Liquidação" compreende os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, em fase final de liquidação.

### 3.2.0 — DÍVIDAS DO ESTADO

Em 31 de dezembro de 1972, as dívidas do Estado assim se especificavam:

Dívida Fundada Externa ..	76.641.048,94
Dívida Fundada Interna ...	231.882.089,75
Dívida Flutuante .....	868.760.247,48
	<u>1.177.283.386,17</u>

É oportuno salientar que a dívida pública não tem como contrapartida os componentes do ativo, salvo a parcela correspondente às disponibilidades. Além disso, é necessário ter presente que grande parte do produto de empréstimos foi transferida a autarquias, para aplicação em investimentos que, pela sua natureza, não integram o patrimônio administrativo do Estado, por se tratarem de bens de uso comum do povo.

Diante do exposto, a relação entre o ativo e o passivo é despida de significado. Todavia, como o serviço de amortização, juros e outras despesas da dívida é atendido com o produto da receita, particularmente da de impostos, é sobretudo esclarecedora a comparação do comportamento da receita de impostos com o da dívida, no último lustro, como se demonstra:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1968	647.397.890,92	100	512.429.344,05	100
1969	871.802.375,30	135	754.897.045,06	147
1970	1.133.684.194,55	175	903.337.868,92	176
1971	1.549.462.968,24	239	1.004.876.668,71	196
1972	1.900.281.028,60	293	1.177.283.386,17	230

Os números relativos expostos evidenciam que o ritmo de crescimento da dívida superou o da receita em 1969. No ano de 1970, os índices de aumento das duas séries praticamente se equivalem. Nos dois últimos períodos, entretanto, o incremento da receita sobrepujou o da dívida. Essa mesma comparação pode ser melhor visualizada através do gráfico da página 65.

Os encargos com a dívida pública elevaram-se, no ano sob exame, a Cr\$ 146.187.248,18.

Os dados alinhados, a seguir, demonstram o crescimento do serviço da dívida e o percentual da receita de impostos utilizada no seu atendimento.

Ano	Serviço da dívida pública	Índice	Porcentagem do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1968	38.965.435,16	100	6,02
1969	66.989.512,40	172	7,68
1970	82.889.955,31	213	7,31
1971	117.413.563,31	301	7,58
1972	146.187.248,18	375	7,69

Verifica-se que os encargos com a dívida vêm aumentando num compasso maior do que a receita de impostos e da própria dívida pública. Outrossim, constata-se que a porcentagem do produto de impostos absorvida em 1972 é a maior do último lustro.

Segue-se a análise do passivo do Estado segundo os diferentes grupos que o constituem.

### 3.2.1 – DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

No final de 1972, os débitos do Estado para com o exterior totalizavam . . . . . Cr\$ 76.641.048,94.

A conversão das moedas estrangeiras para a nacional foi efetuada às taxas de câmbio vigentes no último dia do ano, ou seja, Cr\$ 5,215 para o dólar e Cr\$ 14,63943 para a libra, a teor do artigo 106 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A dívida externa compreende dois grupos de obrigações: os empréstimos de lançamento feitos nas primeiras décadas deste século e as operações realizadas, a partir de 1969, mediante contratos.

Os encargos das dívidas do primeiro grupo são atendidos pela União Federal, nos termos do Decreto-Lei federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943, cabendo ao Estado reembolsar as importâncias despendidas.

No que respeita aos empréstimos efetuados mediante contratos, há a destacar a operação de US\$ 10.000.000,00, realizada em 1972, com The First National Bank of Boston. O serviço dessas dívidas vem sendo atendido diretamente pelo Estado.

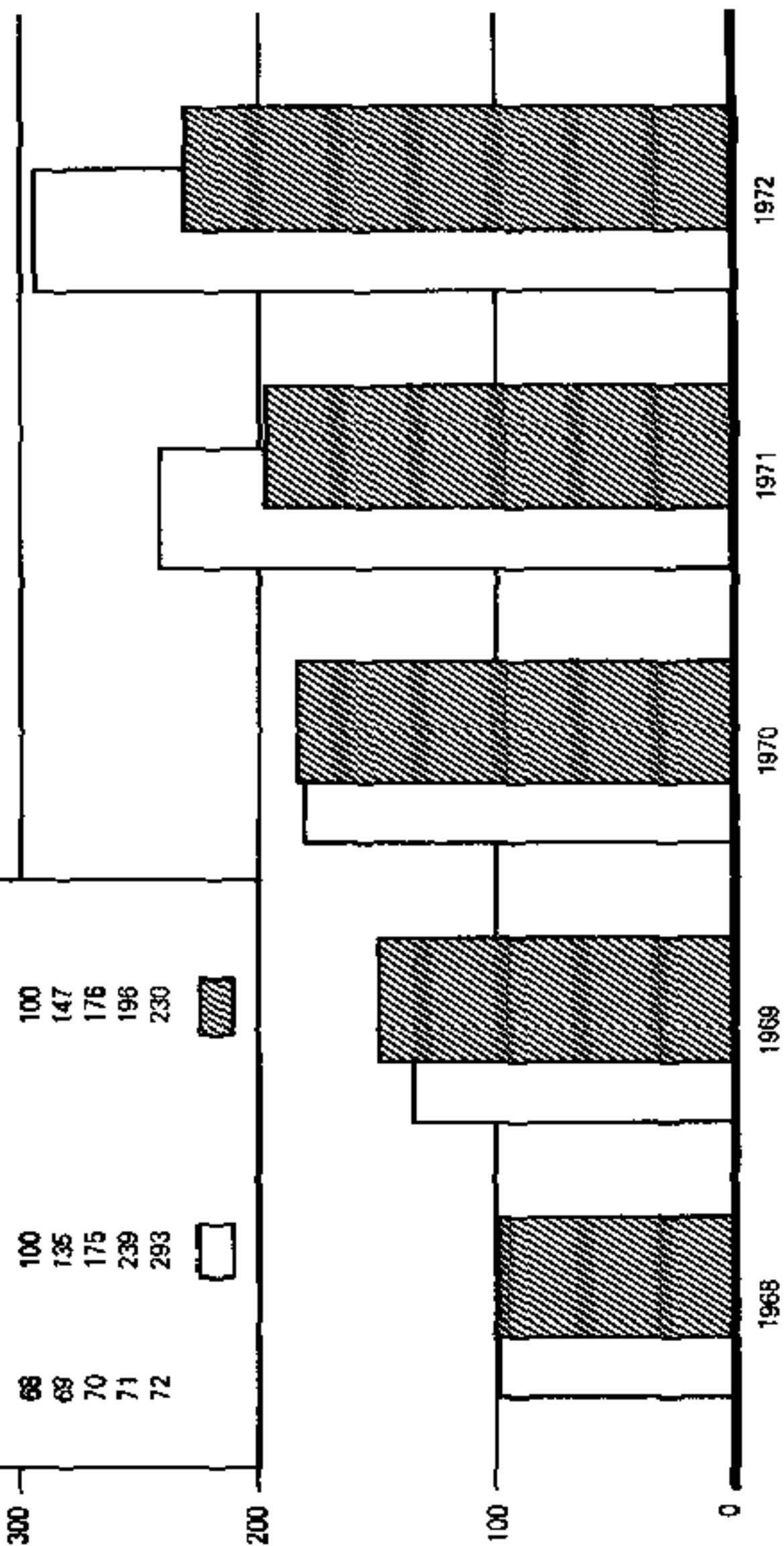
Apresenta-se, a seguir, a evolução da dívida externa, nos últimos cinco anos, em moeda estrangeira e nacional:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	Cr\$	Índice
1968	1.635.500,00	100	110.560,00	100	7.275.151,18	100
1969	2.417.646,68	148	107.920,00	93	11.645.795,11	160
1970	1.835.362,41	112	102.520,00	92	10.300.951,62	142
1971	1.607.793,87	98	529.764,14	479	16.697.602,23	230
1972	11.258.137,08	689	455.736,80	412	76.641.048,94	1.053

# ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

POR QUINQUÊNIO

ANO	IMPOSTOS índice	DÍVIDA PÚBLICA índice
68	100	100
69	135	147
70	175	176
71	239	196
72	293	230



Os números expostos revelam que as obrigações expressas em dólares e em moeda nacional apresentaram acentuado acréscimo em 1972, em decorrência da realização do empréstimo já mencionado. Inversamente, a dívida em libras sofreu um decréscimo no último ano, fruto das amortizações procedidas.

As variações ocorridas no exercício sob exame, em moeda nacional, assim se desdobram:

Posição em 31/12/71 .....		16.697.602,23
Mais		
Empréstimos em apólices		
Reajustamento cambial .....	487.902,31	
Empréstimos contratados		
Operação de crédito realizada .....	60.600.000,00	
Reajustamento cambial .....	<u>1.987.365,31</u>	63.075.267,62
Menos		
Empréstimos em apólices		
Amortização relativa ao exercício de 1971..	705.586,33	
Empréstimos contratados		
Amortização relativa ao exercício de 1972..	<u>2.426.234,58</u>	<u>3.131.820,91</u>
Posição em 31/12/72 .....		<u>76.641.048,94</u>

Os dados que seguem evidenciam a posição inicial, as amortizações e o saldo final dos empréstimos externos, tanto em moeda nacional como estrangeira.

#### Empréstimos em apólices

Em dólares	US\$	Cr\$
Emissão .....	47.000.000,00	292.105.000,00
Amortização .....	<u>46.197.000,00</u>	<u>287.114.355,00</u>
	<u>803.000,00</u>	<u>4.990.645,00</u>

Em libras	£	Cr\$
Emissão .....	600.000,00	8.783.658,00
Amortização .....	<u>500.300,00</u>	<u>7.324.106,82</u>
	<u>99.700,00</u>	<u>1.459.551,18</u>

#### Empréstimos contratados

Em dólares	US\$	Cr\$
Valor inicial .....	11.028.146,68	68.539.931,62
Amortização .....	<u>573.009,60</u>	<u>3.561.254,67</u>
	<u>10.455.137,08</u>	<u>64.978.676,95</u>

Em libras	£	Cr\$
Valor inicial .....	498.451,50	7.297.045,84
Amortização .....	<u>142.414,70</u>	<u>2.084.870,03</u>
	<u>356.036,80</u>	<u>5.212.175,81</u>

Os títulos em circulação correspondem ao Plano "A", sendo que, no exercício, foi considerada a amortização relativa ao ano de 1971, em virtude de a comunicação dos resgates referentes a 1972 não ter sido recebida a tempo para contabilização. Os encargos desse exercício, todavia, foram devidamente imputados à despesa.

### 3.2.2 – DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A dívida fundada interna cifrou-se, ao término de 1972, em Cr\$ 231.882.089,75, com a seguinte discriminação por credor:

Portadores de títulos .....	117.198.247,30
Banco do Brasil S.A. ....	22.039.758,71
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	34.409.601,50
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	972.450,00
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....	40.964.364,11
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul .....	32.151,26
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro .....	10.584,77
Financiadora de Estudos de Projetos S.A. - FINEP – Bacia Taquari-Antas .....	2.908.106,92
União Federal .....	<u>13.346.825,18</u>
	<u>231.882.089,75</u>

Eis como se comportaram estas obrigações nos últimos cinco anos:

Ano	Empréstimos		Total	Aumento em relação ao ano anterior %
	Em títulos	Contratados		
1968	91.451.261,50	30.299.765,66	121.751.027,16	—
1969	84.353.252,10	75.468.958,68	159.822.210,78	31,3
1970	78.259.938,80	109.469.640,02	187.729.578,82	17,5
1971	102.535.846,40	109.638.591,19	212.174.437,59	13,0
1972	117.198.247,30	114.683.842,45	231.882.089,75	9,3

Vê-se, através dos dados expostos, que as dívidas sob exame vêm aumentando em números absolutos. Entretanto, os índices percentuais revelam uma constante redução no ritmo desse crescimento.

O acréscimo líquido havido em 1972 foi de Cr\$ 19.707.652,16, resultante das seguintes operações:

#### Aumento da dívida

##### Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos .....	22.265.532,10	
Empréstimos contratados .....	<u>42.107.550,00</u>	64.373.082,10

##### Inscrição de dívidas

Empréstimos em títulos .....	7.240.814,90	
Empréstimos contratados .....	<u>8.275.036,60</u>	<u>15.515.851,50</u>
		79.888.933,60

#### Menos

##### Redução da dívida

##### Resgates

Empréstimos em títulos .....	14.816.661,10	
Empréstimos contratados .....	<u>45.337.335,34</u>	
		60.153.996,44

##### Cancelamento de dívidas

Empréstimos em títulos .....	<u>27.285,00</u>	<u>60.181.281,44</u>
------------------------------	------------------	----------------------

Aumento líquido .....		<u>19.707.652,16</u>
-----------------------	--	----------------------

O aumento da dívida, na quantia de Cr\$ 79.888.933,60, assim se discrimina:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª série . . . . . 3.181.934,40

Empréstimo Lei 6.076/70

Dec. 20.721, de 27/11/70 . . . . . 2.950.000,00

Empréstimo Lei 6.079/70

Dec. 20.720, de 27/11/70 . . . . . 220.000,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1ª série . . . . . 15.913.597,70

Empréstimos contratados

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Empréstimo Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca . . . . . 462.600,00

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul

Empréstimo Lei 6.284/71 - Contrato nº 1 . . . . . 28.500.000,00

Empréstimo Lei 6.284/71 - Contrato nº 2 . . . . . 11.620.000,00

Financiadora de Estudos de Projetos S. A. - FINEP - Bacia Taquari-Antas - 2ª Fase . . . . .

1.524.950,00 64.373.082,10

Inscrição de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª série (correção do valor nominal) . . . . . 4.098.818,90

Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2ª série (correção do valor nominal) . . . . . 1.963.728,00

Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3ª série (correção do valor nominal). . . . . 1.178.268,00

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional (correção monetária) . . . . . 1.525.001,38

Empréstimo Financiamento de Equipamento IGRA/2 (correção monetária) . . . . . 437.735,85

Banco do Estado do Rio Grande do Sul. S.A.

Empréstimo, c/Repasse Adela Investment Company S.A. (correção monetária) . . . . . 563.340,00

Empréstimo, c/Repasse Adela International Financing Company S.A. (correção monetária) . . . . . 4.080.241,12

Empréstimo, c/Repasse The Merban Corporation (correção monetária) . . . . . 511.958,00

Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Ltd. (correção monetária) . . . . . 312.396,14

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul

Empréstimo Lei 6.284/71 - Contrato nº 1 (correção monetária) . . . . . 844.364,11 15.515.851,50

79.888.933,60

Por sua vez, as reduções cifraram-se em Cr\$ 60.181.281,44, desdobradas como segue:

**Resgate de títulos**

Empréstimo II Plano de Obras do Estado	
Dec. 13.368, de 6/4/62 - 6ª série (140.646 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	140.646,00
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos	
Dec. 15.043, de 29/3/63 - 1ª série (4.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	4.000,00
Empréstimo Lei 5.127/65	
Dec. 17.643, de 9/12/65 (10.929 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) .....	1.092.900,00
Empréstimo Lei 5.162/65	
Dec. 17.667, de 18/12/65 (7.765 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) .....	776.500,00
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul	
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª série (13.054 apólices de Cr\$ 154,70 cada uma e 10.711 apólices de Cr\$ 168,30 cada uma) .....	3.822.115,10
Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos	
Dec. 18.025, de 26/8/66 - 2ª série (138.250 apólices de Cr\$ 10,00 cada uma) .....	1.382.500,00
Empréstimo Lei 5.344/66	
Dec. 18.322, de 28/12/66 (3.632.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	3.632.000,00
Empréstimo Lei 5.603/68	
Dec. 19.363, de 7/11/68 (3.966.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	3.966.000,00

**Resgate de empréstimos contratados**

**Banco do Brasil S.A.**

Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional .....	3.417.126,81
Empréstimo Recomposição de Dívidas .....	1.075.865,55
Empréstimo Financiamento de Equipamento IGRA/1 .....	133.333,24

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Empréstimo, c/Repasse Adela Investment Company S.A. ...	9.222.060,00
Empréstimo, c/Repasse Adela International Financing Company S.A. ....	9.695.240,66
Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Ltd. ....	3.985.878,14
Empréstimo, c/Repasse The Merban Corporation .....	12.922.790,00

**Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul**

Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas .....	19.900,28
Empréstimo Saneamento .....	45.184,14

**Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro**

Empréstimo Saneamento .....	2.891,71
-----------------------------	----------

**Financiadora de Estudos de Projetos S. A. - FINEP - Bacia Taquari-Antas**

1ª Fase .....	828.000,00
2ª Fase .....	195.614,87



União Federal

Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Dólares .....	1.402,43	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras .....	47,51	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - Cr\$ 12,5 milhões .....	1.780.000,00	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - Cr\$ 12 milhões .....	1.500.000,00	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - Cr\$ 7,68 milhões .....	<u>512.000,00</u>	60.153.996,44

Cancelamento de dívidas

Empréstimo em Títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª série .....	<u>27.285,00</u>
	<u>60.181.281,44</u>

Os títulos que se encontravam em circulação ao término de 1972, compreendendo apólices e obrigações, no total de Cr\$ 117.198.247,30, são especificados a seguir, por empréstimos, séries e vencimentos.

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

		1ª série	
Ano	Mês		
1973	março	2.000,00	
	setembro	2.000,00	
1974	março	2.000,00	
	setembro	2.000,00	
1975	março	2.000,00	
	setembro	<u>2.000,00</u>	
		<u>12.000,00</u>	

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

		1ª série	
Ano	Mês		
1973	janeiro	659.093,40	
	julho	2.025.832,20	
1974	janeiro	3.339.857,40	
	julho	10.313.485,20	
1975	janeiro	5.316.964,20	
	julho	3.251.770,20	
1976	janeiro	<u>2.403.150,60</u>	27.310.153,20
		2ª série	
Ano	Mês		
1974	julho	5.238.587,40	
1975	janeiro	6.548.277,60	
	julho	<u>1.309.690,20</u>	13.096.555,20

		3ª série	
Ano	Mês		
1974	julho	1.309.690,20	
1975	julho	<u>6.548.451,00</u>	<u>7.858.141,20</u>
			<u>48.264.849,60</u>

Empréstimo Lei 5.127/65

Ano	Mês	
1973	fevereiro	545.200,00
	agosto	558.200,00
1974	fevereiro	<u>254.100,00</u>
		<u>1.357.500,00</u>

Empréstimo Lei 5.162/65

Ano	Mês	
1973	fevereiro	1.991.700,00
	agosto	227.900,00
1974	fevereiro	<u>47.200,00</u>
		<u>2.266.800,00</u>

Empréstimo Lei 5.344/66

Ano	Mês	
1973	abril	1.966.000,00
	outubro	2.066.000,00
1974	abril	2.166.000,00
	outubro	2.266.000,00
1975	abril	2.780.400,00
	outubro	3.466.000,00
1976	abril	3.566.000,00
	outubro	<u>3.705.000,00</u>
		<u>21.981.400,00</u>

Empréstimo Lei 5.603/68

Ano	Mês	
1973	abril	312.000,00
	outubro	<u>3.312.000,00</u>
		<u>3.624.000,00</u>

Empréstimo Lei 6.054/70

Ano	Mês	
1973	abril	6.872.300,00
	outubro	4.647.800,00
1974	abril	<u>5.243.000,00</u>
		<u>16.763.100,00</u>

Empréstimo Lei 6.076/70

Ano	Mês	
1973	maio	301.600,00
	novembro	2.219.000,00
1974	maio	2.611.900,00
	novembro	1.072.000,00
1975	maio	488.000,00
	novembro	<u>102.500,00</u>
		<u>6.795.000,00</u>

Empréstimo Lei 6.079/70

Ano	Mês	
1974	maio	<u>220.000,00</u>

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul

1ª série		
Ano	Mês	
1974	dezembro	<u>15.913.597,70</u>

### 3.2.3 – DÍVIDA FLUTUANTE

Em 31 de dezembro de 1972, a dívida flutuante atingiu Cr\$ 868.760.247,48, assim especificados:

Restos a Pagar . . . . .	248.565.552,75
Serviço da Dívida a Pagar	39.231.888,32
Depósitos . . . . .	32.243.170,08
Débitos de Tesouraria . .	339.283.696,37
Diversos . . . . .	<u>209.435.939,96</u>
	<u>868.760.247,48</u>

A evolução desses débitos, no último quinquênio, apresenta-se como segue:

Ano	Total	Índice	Aumento em relação ao ano anterior %
1968	383.403.165,71	100	—
1969	583.429.039,17	152	52
1970	705.307.338,48	184	21
1971	776.004.626,89	202	10
1972	868.760.247,48	227	11

Esses dados revelam que o ritmo de crescimento da dívida administrativa vem decrescendo.

No exercício sob exame constata-se, em relação ao ano anterior, um aumento de Cr\$ 92.755.620,59, decorrente dos seguintes fatos:

Formação de dívidas . . . . .	1.584.990.321,94
Menos: Pagamento de dívidas . .	<u>1.492.234.701,35</u>
<i>Aumento da dívida flutuante . .</i>	<u><u>92.755.620,59</u></u>

A origem desse incremento pode ser demonstrada, também, de outra forma, a saber:

Deficit financeiro do exercício	81.884.552,28
Mais	
Aumento do ativo financeiro	<u>10.871.068,31</u>
Aumento da dívida flutuante	<u><u>92.755.620,59</u></u>

Apreciam-se, a seguir, os componentes da dívida administrativa.

#### RESTOS A PAGAR

Os resíduos passivos registrados sob este título totalizaram Cr\$ 248.565.552,75, constituindo-se no valor mais baixo dos últimos quatro anos. Desse total, Cr\$ 40.695.070,34 referem-se a compromissos de exercícios anteriores e Cr\$ 207.870.482,41, a obrigações formadas em 1972, que assim se discriminam:

Contas a Pagar . . . . .	22.630.953,94
Vencimentos a Pagar . .	41.858.003,96
Empenhos a Liquidar . .	121.454.628,70
Folhas a Pagar . . . . .	<u>21.926.895,81</u>
	<u><u>207.870.482,41</u></u>

Os empenhos a liquidar abrangem despesas não processadas por penderem da comprovação de direitos creditórios, da ultimização de fornecimentos ou da prestação de serviços.

#### SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

O serviço da dívida, compreendendo a amortização, juros e outros encargos da dívida fundada interna e externa, num total de Cr\$ 39.231.888,32, assim se especifica:

Serviço da Dívida Fundada Interna . . . . .	30.438.746,05
Serviço da Dívida Fundada Externa . . . . .	<u>8.793.142,27</u>
	<u><u>39.231.888,32</u></u>

*Serviço da Dívida Fundada Interna* - As obrigações incluídas neste título distribuem-se pelos seguintes credores:

Banco do Brasil S.A. . . . .	183.266,62
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	130.712,80
União Federal . . . . .	26.641.233,62
Portadores de apólices . . . . .	<u>3.483.533,01</u>
	<u><u>30.438.746,05</u></u>

Como se vê, dentre os compromissos arrolados, predomina o débito para com a União Federal. Trata-se de amortizações e juros vencidos e não pagos, relativos a dívidas decorrentes de ajuda financeira concedida ao Estado em diversas oportunidades. Para a regularização dessas obrigações, o Estado propôs ao Governo da União o encontro de contas com créditos perante o mesmo, sem que, até o presente, tenha sido obtida solução.

Os demais encargos dizem respeito a apólices chamadas a resgate, e a juros vencidos sobre títulos dessa espécie que se encontram à disposição dos portadores e, ainda, a prestações de empréstimos contratados vencidos no final do ano.

**Serviço da Dívida Fundada Externa** - Nesta conta estão registrados os encargos com a dívida externa representada por apólices. Estas obrigações foram atendidas pela União, nos termos do Decreto-Lei federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943, devendo o Estado proceder ao seu reembolso, e assim se discriminam:

Serviço do Empréstimo Externo da Prefeitura de Pelotas 1911 .....	271.720,77
Serviço do Empréstimo Externo de 1921 .....	1.702.342,80
Serviço do Empréstimo Externo de 1926 .....	2.213.227,99
Serviço do Empréstimo Externo de 1927 .....	745.466,41
Serviço do Empréstimo Externo de 1928 .....	<u>3.860.384,30</u>
	<u>8.793.142,27</u>

Esta dívida também foi objeto de pedido de encontro de contas, juntamente com o serviço da dívida fundada interna devido à União Federal. Por último, cabe mencionar que os encargos com a dívida externa realizada mediante contrato e atendida diretamente pelo Estado encontram-se rigorosamente em dia.

## DEPÓSITOS

Os depósitos de terceiros assim se desdobram:

Depósitos Diversos .....	15.363.855,33
Depósitos de Consignatários ..	9.994.347,54
Depósitos de Responsáveis ...	174,20
Retenções .....	727.860,83
Cauções .....	642.304,70
Depósitos Públicos e Judiciais ..	4.394.941,62
Depósitos de Autarquias .....	<u>1.119.685,86</u>
	<u>32.243.170,08</u>

Dentre os "Depósitos Diversos", destaca-se a parcela de Cr\$ 13.067.986,47, relativa ao crédito da União Federal decorrente da arrecadação da taxa rodoviária única cobrada pelo Estado. As demais espécies de depósitos caracterizam-se pela sua constante rotatividade, salvo os depósitos de responsáveis, que se encontram em extinção.

## DÉBITOS DE TESOUREARIA

As obrigações decorrentes da realização de operações de tesouraria compreendem os seguintes grupos:

Empréstimos por Antecipação da Receita .....	85.603.769,14
Letras do Tesouro .....	<u>253.679.927,23</u>
	<u>339.283.696,37</u>

**Empréstimos por Antecipação da Receita** - Essas dívidas distribuem-se pelos seguintes estabelecimentos de crédito:

Banco do Brasil S.A. ....	10.000.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	35.245.435,94
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul .....	<u>40.358.333,20</u>
	<u>85.603.769,14</u>

*Letras do Tesouro* - Ao término de 1972, o saldo em circulação de letras do Tesouro era de Cr\$ 253.679.927,23. O aumento de Cr\$ 87.253.957,80 verificado sobre o ano anterior resulta de:

Letras lançadas em circulação . . .	480.156.090,08	
Letras resgatadas . . . . .	<u>392.902.132,28</u>	
		<u>87.253.957,80</u>

As letras do Tesouro em circulação correspondem às emissões autorizadas pela Lei nº 5.120, de 6 de dezembro de 1965, alterada pelas de nº 5.289, 5.592 e 6.078, de 7 de dezembro de 1966, 29 de dezembro de 1967 e 10 de novembro de 1970, respectivamente.

O saldo das letras do Tesouro em circulação, em 31 de dezembro de 1972, segundo os vencimentos, assim se discrimina:

**Já vencidas e não apresentadas para resgate**

Em 1968 . . .	16.200,66	
Em 1969 . . .	190.675,90	
Em 1970 . . .	21.524,29	
Em 1971 . . .	146.412,75	
Em 1972 . . .	<u>14.169.373,31</u>	14.544.186,91

**A vencer em 1973**

Em janeiro . .	28.604.904,58	
Em fevereiro	45.407.472,36	
Em março . .	35.797.463,39	
Em abril . . .	28.130.271,13	
Em maio . . .	28.017.414,91	
Em junho . . .	20.732.451,25	
Em julho . . .	25.486.910,02	
Em agosto . .	20.635.007,90	
Em setembro	1.560.646,98	
Em outubro	991.256,87	
Em novembro	1.176.666,27	
Em dezembro	<u>2.595.274,66</u>	<u>239.135.740,32</u>

Saldo em circulação . . . . .		<u>253.679.927,23</u>
-------------------------------	--	-----------------------

**DIVERSOS**

Sob este título classificam-se as contas representativas de diversos componentes do passivo financeiro não compreendidas nos grupos já apreciados. Segue-se a análise individual de cada uma.

*Contribuições para Autarquias* - As contribuições concedidas a autarquias e não entregues até o final de 1972, assim se desdobram:

Departamento Aeroviário do Estado . . . . .	314.350,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	14.361.443,91
Instituto de Previdência do Estado . . . . .	<u>81.407.711,20</u>
	<u>96.083.505,11</u>

*Contribuições para Fundações* - No final do período administrativo, as contribuições para as fundações, processadas mas não pagas, assim se apresentavam:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul .....	500.000,00
Fundação de Ciência e Tecnologia .....	3.199.168,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor .....	2.849.218,00
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	247.500,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	1.036.923,25
Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência .....	527.037,00
	<u>8.359.846,25</u>

**Credores Diversos** - Neste título estão compreendidas obrigações de diversas origens, no total de Cr\$ 48.362.396,30. As parcelas mais significativas pertencem aos seguintes credores:

Aços Finos Piratini S.A. ....	11.387.044,75
Açúcar Gaúcho S.A. ....	650.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	1.082.660,13
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ....	2.670.300,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	19.731.599,88
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	959.421,20
Companhia Materiais Pró Casa Popular .....	1.072.000,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras ...	2.000.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	2.550.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	4.821.273,71
Companhia Rio-Grandense de Turismo .....	635.000,00

**Fundo de Participação dos Municípios** - O saldo desta conta, de Cr\$ 52.185.468,43, refere-se a parte da quota de 20% sobre o produto do imposto de circulação de mercadorias, arrecadada pelo Estado mas pertencente aos municípios, por força do § 8º do artigo 23 da Constituição Federal.

**Fundo para Aquisição de Apólices** - A importância de Cr\$ 130.005,00, que vem sendo transferida de exercícios anteriores, destina-se à aquisição em Bolsa, à cotação do dia, de títulos da dívida pública estadual.

**Cheques a Pagar** - Os cheques existentes no final do ano sob exame referem-se, na sua maior parte, a vantagens de pessoal de exercícios anteriores, processadas em 1972, que totalizaram Cr\$ 2.144.254,16.

**Prefeituras, c/ Credoras** - Os créditos de prefeituras somaram Cr\$ 66.235,11, dos quais uma parcela bastante significativa corresponde a antecipações para o pagamento dos financiamentos com a venda de tratores efetuada pelo Estado.

**Ordens de Pagamento** - Registram-se, sob este título, as folhas de pagamento processadas e em condições de serem depositadas em estabelecimentos bancários a favor de funcionários. Apresentava um montante de Cr\$ 1.939.599,93 no final do exercício.

**Outras contas** - Esta classificação compreende o fundo de estoque de material, com Cr\$ 20.084,87, e os empenhos realizados à conta do mesmo fundo, com Cr\$ 144.544,90.

#### 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nesta peça técnica, denominada "Demonstração das Variações Patrimoniais", são evidenciadas as alterações de ordem quantitativo-qualitativas de que foi passível o patrimônio administrativo do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e também é demonstrado o resultado patrimonial do exercício.

De forma sintética, o resultado patrimonial assim se apresenta:

Variações ativas . . .	3.203.128.941,59
Variações passivas. .	<u>2.815.793.427,94</u>
Superavit verificado	<u><u>387.335.513,65</u></u>

O superavit patrimonial apurado resulta de fatos dependentes ou independentes da execução orçamentária. A sua decomposição, segundo essas classes de fatos, tem o objetivo de evidenciar a sua origem.

Desta forma, apuram-se dois resultados parciais, iniciando-se pelo originário das variações dependentes da execução orçamentária, que assim se desdobram:

##### a) Positivas

Receita orçamentária . . . . .		2.496.714.366,96
Menos: Mutações patrimoniais da receita:		
Cobrança da dívida ativa . . . . .	21.465.014,23	
Alienação de bens móveis . . . . .	417.233,97	
Alienação de títulos e valores . . . . .	40.955.991,40	
Empréstimos tomados . . . . .	124.973.082,10	
Recebimento de créditos . . . . .	<u>703.550,39</u>	<u>188.514.872,09</u>
Receita efetiva . . . . .		<u><u>2.308.199.494,87</u></u>

##### b) Negativas

Despesa orçamentária . . . . .		2.578.598.919,24
Menos: Mutações patrimoniais da despesa:		
Aquisição de bens móveis . . . . .	43.977.258,43	
Construção e aquisição de bens imóveis . . . . .	27.058.348,64	
Aquisição de títulos e valores . . . . .	209.206.602,42	
Amortização de dívidas . . . . .	62.580.231,02	
Formação de créditos . . . . .	<u>23.613.936,51</u>	<u>366.436.377,02</u>
Despesa efetiva . . . . .		<u><u>2.212.162.542,22</u></u>



Mediante o confronto das receitas e despesas efetivas obtém-se o primeiro resultado parcial:

Receita efetiva . . . . .	2.308.199.494,87
Despesa efetiva . . . . .	<u>2.212.162.542,22</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária	<u>96.036.952,65</u>

As variações independentes da execução orçamentária são classificadas a seguir:

a) Positivas

No patrimônio permanente:

Inscrição da dívida ativa . . . . .	111.738.729,54
Inscrição de valores . . . . .	195.567.658,39
Incorporação de bens imóveis . . . . .	756.100,00
Cancelamento de dívidas . . . . .	27.285,00
Amortização de dívidas . . . . .	705.586,33
Inscrição de créditos . . . . .	331.639,93
Entradas de almoxarifados . . . . .	<u>30.851.198,42</u>
	<u>339.978.197,61</u>

b) Negativas

No patrimônio permanente:

Inscrição de dívidas passivas . . . . .	17.991.119,12
Baixa de valores . . . . .	1.072.000,00
Cancelamento de créditos . . . . .	134.971,30
Saídas de almoxarifados . . . . .	<u>29.481.546,19</u>
	<u>48.679.636,61</u>

A soma algébrica destas variações evidencia o segundo resultado parcial, na forma que segue:

Variações ativas . . . . .	339.978.197,61
Variações passivas . . . . .	<u>48.679.636,61</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>291.298.561,00</u>

A reunião dos superavits parciais apurados recompõe o resultado patrimonial do exercício, como se demonstra:

Superavit patrimonial orçamentário . . . . .	96.036.952,65
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>291.298.561,00</u>
Superavit patrimonial do exercício . . . . .	<u>387.335.513,65</u>

Pelo exposto, constata-se que o resultado patrimonial positivo, verificado no exercício, decorre, na sua maior parte, de fatos independentes da execução orçamentária. Dentre estes evidencia-se, em primeiro plano, a valorização e a inscrição de ações representativas do capital de empresas em que o Estado participa, resultantes, na sua maioria, da incorporação de lucros e da reavaliação do ativo; em segundo plano figura a inscrição de débitos fiscais não cobrados no exercício, em dívida ativa.

O reflexo decorrente do resultado positivo do exercício na situação líquida inicial assim se apresenta:

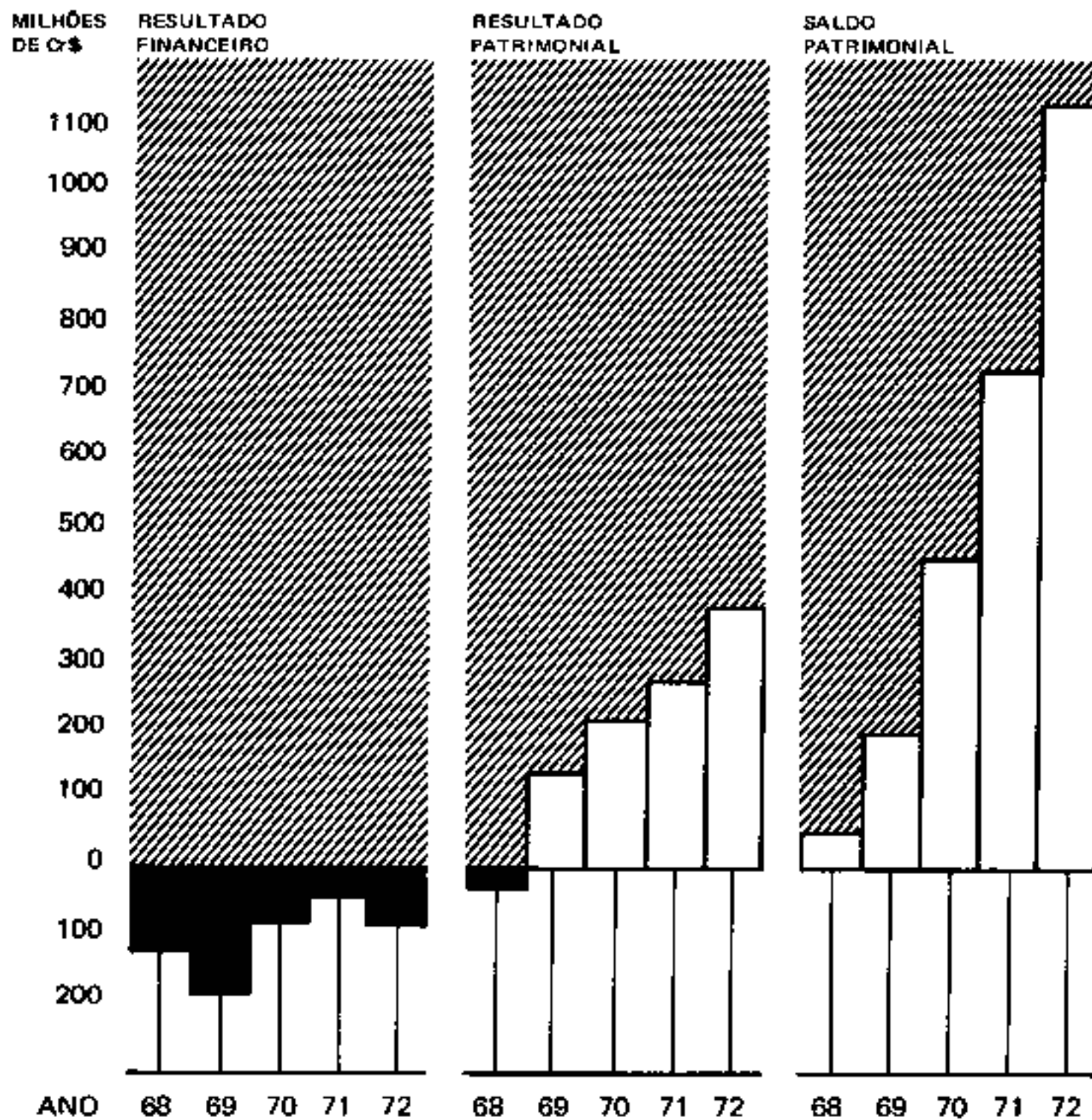
Ativo Real Líquido em 31/12/71 . . . . .	736.685.165,49
Superavit patrimonial de 1972 . . . . .	<u>387.335.513,65</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/72 . . . . .	<u>1.124.020.679,14</u>

O gráfico que segue mostra os resultados financeiro e patrimonial e a situação líquida do último quinquênio.

# EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA



POR QUINQUÊNIO



## 5 – APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/72

Em 31 de dezembro de 1972, o descoberto financeiro acumulado era de .....  
 Cr\$ 459.558.958,73, que, posto em confronto com o do final do exercício de 1971, revela um acréscimo de  
 Cr\$ 17.927.307,92.

As deficiências financeiras acumuladas são obtidas mediante a aplicação de fórmula já consagrada, segundo a qual são confrontados os componentes do ativo e do passivo financeiros, tanto reais como potenciais. Os componentes reais constam do Balanço Patrimonial, e os potenciais serão apurados neste capítulo.

Constitui o ativo potencial o produto a realizar de receitas legalmente afetadas e de operações de crédito vinculado à despesa autorizada.

O passivo potencial é formado pelas receitas de aplicação específica, pelas operações de crédito realizadas mas não utilizadas na cobertura de despesas a que se vinculavam, e, pelos créditos especiais transferidos para o exercício seguinte.

Procede-se, a seguir, à apuração dos componentes potenciais, iniciando-se pelo ativo, que soma Cr\$ 376.845.074,38, a saber:

### I – Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 1ª série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 17.806, de 16/2/66)

#### a) Créditos abertos

##### Especiais

Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966) .....	22.762.303,58	
Em 1967 (v. págs. 121 e 122 do Balanço de 1967)	719.100,00	
Em 1968 (v. pág. 143 do Balanço de 1968) .....	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	3.270.000,00	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971) .....	<u>238.018,30</u>	27.089.421,88

##### Suplementares

Em 1967 .....	4.223.192,00	
Em 1969 .....	<u>1.152.951,90</u>	<u>5.376.143,90</u>
		32.465.565,78

#### b) Crédito de 1966, revigorado em 1968

Dec. 18.300, de 27/12/66. ....		<u>785.158,16</u>
		33.250.723,94

Menos		
c) Saldos de créditos extintos		
Em 1967 (v. págs. 121 e 122 do Balanço de 1967)	887.446,62	
Em 1968 (v. pág. 143 do Balanço de 1968) . . . . .	772.400,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	<u>237.925,42</u>	<u>1.897.772,04</u>
		31.352.951,90
Menos		
d) Cancelamento de créditos por redução		
Dec. 18.751, de 23/11/67 . . . . .	100.000,00	
Dec. 19.439, de 10/12/68 . . . . .	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	<u>1.152.951,90</u>	<u>1.352.951,90</u>
		30.000.000,00
Menos		
e) Produto recebido até 31/12/72 . . . . .		
		<u>28.846.948,35</u>
Parcela a realizar vinculada . . . . .		<u>1.153.051,65</u>
II – Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 2ª série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.769, de 4/12/67)		
a) Créditos especiais abertos		
Em 1967 (Dec. 18.756, de 29/11/67) . . . . .	10.000.000,00	
Em 1971 (Dec. 21.337, de 30/9/71) . . . . .	<u>127.267,94</u>	<u>10.127.267,94</u>
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1969 (Dec. 18.756, de 29/11/67) . . . . .		<u>127.267,94</u>
		10.000.000,00
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/72 . . . . .		
		<u>9.999.907,20</u>
Parcela a realizar vinculada . . . . .		<u>92,80</u>
III – Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 3ª série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.873-B, de 30/12/67)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969) . . . . .	5.500.000,00	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971) . . . . .	<u>855.000,00</u>	<u>6.355.000,00</u>
Suplementares		
Em 1967 . . . . .		<u>4.500.000,00</u>
		10.855.000,00
Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969) . . . . .		<u>855.000,00</u>
		10.000.000,00
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/72 . . . . .		
		<u>6.000.103,20</u>
Parcela a realizar vinculada . . . . .		<u>3.999.896,80</u>

IV	— Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 4ª série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 20.008, de 5/12/69)		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1969 (Dec. 20.075, de 31/12/69) .....	182.000,00	
	Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970) .....	8.357.842,28	
	Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971) .....	<u>259.373,49</u>	8.799.215,77
	Suplementares		
	Em 1970 .....	1.834.976,00	
	Em 1972 .....	<u>20.000,00</u>	<u>1.854.976,00</u>
			10.654.191,77
	Menos		
	b) Saldos de créditos extintos		
	Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970) .....	384.191,77	
	Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971) .....	<u>20.000,00</u>	<u>404.191,77</u>
			10.250.000,00
	Menos		
	c) Cancelamento de crédito por redução		
	Em 1970 (Dec. 20.433, de 12/8/70) .....		<u>250.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		<u>10.000.000,00</u>
V	— Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 5ª série (Lei 5.121, de 6/12/65 e Dec. 20.571, de 30/9/70)		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1970 (v. pág. 139 do Balanço de 1970) .....	6.000.000,00	
	Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....	<u>2.074.866,27</u>	8.074.866,27
	Suplementares		
	Em 1971 .....	1.705.464,24	
	Em 1972 .....	<u>1.007.763,49</u>	<u>2.713.227,73</u>
			10.788.094,00
	Menos		
	b) Saldo de créditos extintos		
	Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....		<u>788.094,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		<u>10.000.000,00</u>
VI	— Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 6ª série (Lei 5.121, de 6/12/65 e Dec. 21.701, de 26/4/72)		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1972 (v. pág. 123 do Balanço de 1972) .....		24.183.997,00
	Suplementares		
	Em 1972 .....		<u>5.172.236,51</u>
			29.356.233,51

Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1972 (v. pág. 123 do Balanço de 1972) .....		<u>910.071,24</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>28.446.162,27</u>
VII – Empréstimo em apólices Lei 5.162/65 (Dec. 17.667, de 18/12/65)		
a) Créditos suplementares abertos em 1965 .....		10.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>6.966.900,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>3.033.100,00</u>
VIII – Empréstimo em apólices Lei 5.603/68 (Dec. 19.363, de 7/11/68)		
a) Crédito suplementar aberto		
Em 1968 (Dec. 19.430, de 7/12/68) .....		80.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>11.128.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>68.872.000,00</u>
IX – Empréstimo em apólices Lei 6.054/70 (Dec. 20.611, de 16/10/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....		10.258.000,00
Suplementares		
Em 1970 .....	110.000.000,00	
Em 1971 .....	<u>586.000,00</u>	<u>110.586.000,00</u>
		120.844.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orça-		
mentário de 1970 .....	10.844.843,77	
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....	<u>33.116,00</u>	<u>10.877.959,77</u>
		109.966.040,23
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>16.763.100,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>93.202.940,23</u>
X – Empréstimo em apólices Lei 6.076/70 (Dec. 20.721, de 27/11/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1970 (Dec. 20.734, de 27/11/70) .....	16.000.000,00	
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....	<u>6.000.000,00</u>	22.000.000,00

Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971) .....		<u>3.848.996,09</u>
		18.151.003,91
Menos		
c) Cancelamento de créditos especiais por redução de 1971 (Dec. 21.211, de 28/7/71) .....		<u>6.000.000,00</u>
		12.151.003,91
Menos		
d) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>6.795.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>5.356.003,91</u>
<b>XI — Empréstimo em apólices Lei 6.079/70 (Dec. 20.720, de 27/11/70)</b>		
a) Crédito suplementar aberto		
Em 1970 (Dec. 20.720 de 27/11/70) .....		25.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>220.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>24.780.000,00</u>
<b>XII — Empréstimo de financiamento "EMI Electronics Limited, c/TV Educativa" - Dec. Legisl. 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70</b>		
Créditos especiais abertos		
Em 1970 (Dec. 20.832, de 29/12/70) .....	1.247.472,36	
Em 1972 (Dec. 22.303, de 29/12/72) .....	<u>1.100.000,00</u>	<u>2.347.472,36</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>2.347.472,36</u>
<b>XIII — Empréstimo em apólices Lei 6.132/70 (Dec. 20.859, de 31/12/70)</b>		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/6/72) .....		460.000,00
Suplementares		
Em 1970 (Dec. 20.848, de 31/12/70) .....		<u>11.371.478,27</u>
		11.831.478,27
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/6/72) .....		<u>178,03</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>11.831.300,24</u>
<b>XIV — Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70</b>		
a) Créditos suplementares abertos		
Em 1971 .....		1.683.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>972.450,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>710.550,00</u>

XV – Empréstimo de financiamento “Burroughs Eletrônica Ltda, c/Equipamen- to” - Lei 6.395, de 7/7/72		
a) Crédito especial aberto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72) .....		12.824.750,00
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/7/72) .....		<u>180.572,53</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>12.664.177,47</u>
XVI – Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 (Dec. 22.202, de 7/12/72)		
Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 22.211, de 13/12/72) .....	31.600.000,00	
Suplementares		
Em 1972 .....	<u>68.400.000,00</u>	<u>100.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>100.000.000,00</u>
XVII— Renda do Departamento da Loteria do Estado		
Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64		
a) Recursos utilizados		
Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64		
Despesas realizadas à conta de dotações orçamen- tárias - Código 1.02, 3.02 e 11.08 (Plano de Subvenções e Auxílios) .....	5.758.666,47	
Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63		
Despesas realizadas à conta de dotações orçamen- tárias - Código 3.02 (Plano de Subvenções e Auxílios) .....	<u>954.000,00</u>	6.712.666,47
Menos		
b) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição so- bre o Balanço de 1971		
Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64 .....	305.544,00	
Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>48.000,00</u>	<u>353.544,00</u>
		6.359.122,47
Menos		
c) Recursos realizados no exercício de 1972		
Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64, inclusive a parcela de Cr\$ 142.470,00, referente a auxílios concedidos em 1971, à conta dos recursos do De- partamento da Loteria do Estado, cancelados pe- lo Dec. Legisl. 2.954/72, e escriturada na rubrica “receita de indenizações e restituições” .....	5.097.204,78	
Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>813.591,04</u>	<u>5.910.795,82</u>



Parcela a realizar		
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64 .....	355.917,69	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63 .....	<u>92.408,96</u>	<u>448.326,65</u>

O passivo potencial, por sua vez, situa-se em Cr\$ 112.437.793,83, assim representado:

I — Créditos especiais transferidos para 1973 .....		<u>69.954.503,30</u>
II — Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1971 .....		7.513.563,90
b) Recursos proporcionados no exercício de 1972 .....		<u>26.647.419,95</u>
		<u>34.160.983,85</u>
Menos		
c) Recursos utilizados		
<i>Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias - Código 6.09 - Encargos Gerais do Estado (Aplicação da quota-parte do imposto único sobre energia elétrica) .....</i>		<u>34.160.983,85</u>
		<u>        -</u>
III — Empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. (Lei 5.587, de 29/12/67)		
a) Créditos especiais abertos		
Em 1967 (Dec. 18.865, de 29/12/67) .....	3.000.000,00	
Em 1969 (Dec. 20.080, de 31/12/69) .....	2.000.000,00	
Em 1970 (Dec. 20.431, de 12/ 8/70) .....	243.272,94	
Em 1971 (Dec. 21.367, de 15/10/71) .....	243.272,94	
Em 1972 (Dec. 21.636, de 21/ 2/72) .....	<u>243.272,94</u>	5.729.818,82
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1969 (Dec. 18.865, de 29/12/67) .....	152.141,54	
Em 1970 (Dec. 20.431, de 12/ 8/70) .....	243.272,94	
Em 1971 (Dec. 21.367, de 15/10/71) .....	<u>243.272,94</u>	<u>638.687,42</u>
		5.091.131,40
Menos		
c) Cancelamento de empenhos em contrapartida de receita		
Empenhos a liquidar - 1969, cancelados em 1970 e escriturados na rubrica "receita de indenizações e restituições" .....		<u>91.131,40</u>
		5.000.000,00
Menos		
d) Produto recebido até 31/12/72 .....		<u>5.000.000,00</u>
		<u>        -</u>
IV — Fundo de Participação dos Municípios (5º do art. 23 da Constituição Federal)		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1971 .....		22.153.834,12

b) Recursos realizados no exercício, equivalentes a 20% da receita originária do imposto de circulação de mercadorias, excluída a soma de . . . . .		<u>363.990.441,93</u>
Cr\$ 42.865.718,99, relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similar no Estado . . . . .		<u>386.144.276,05</u>
Menos		
c) Recursos utilizados		
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias - Código 6.09 - Encargos Gerais do Estado (Diversas Transferências Correntes - Entidades Municipais) . . . . .		<u>353.200.000,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar . . . . .		<u>32.944.276,05</u>
V — Taxa Rodoviária Única, participação do Estado e Municípios		
Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec.-Lei federal 999, de 21/10/69		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1971		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	2.958.823,52	
Vinculados aos Municípios . . . . .	<u>2.902,66</u>	2.961.726,18
b) Recursos realizados no exercício de 1972 (Lei 5.987, de 22/7/70)		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	29.731.494,68	
Vinculados aos Municípios . . . . .	<u>21.236.782,40</u>	<u>50.968.277,08</u>
		53.930.003,26
Menos		
c) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22/7/70)		
Prefeituras Municipais . . . . .	20.973.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	<u>29.362.000,00</u>	<u>50.335.000,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	3.328.318,20	
Vinculados aos Municípios . . . . .	<u>266.685,06</u>	<u>3.595.003,26</u>
VI — Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns		
Recursos proporcionados pela taxa instituída através da Lei 1.938, de 10/12/52		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1971 . . . . .		2.190.923,24
b) No exercício de 1972 . . . . .		<u>18.157.505,72</u>
		20.348.428,96
Menos		
c) Recursos utilizados		
Na integralização do capital da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, despesa classificada no código 6.09 - Encargos Gerais do Estado . . . . .		<u>16.424.510,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar . . . . .		<u>3.923.918,96</u>

VII — Empréstimo “Financiadora de Estudos de Projetos S.A. - FINEP” - Bacia Taquari-Antas - Lei 6.162, de 31/12/70

a) Produto recebido até 31/12/72 .....	<u>1.524.950,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....	<u>1.524.950,00</u>

VIII — Quota-parte do imposto único sobre minerais do país

Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre minerais do país

a) No exercício de 1972 .....	5.095.142,26
-------------------------------	--------------

Menos

b) Recursos utilizados

Na integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, despesa classificada no código 6.09 - Encargos Gerais do Estado .....

4.600.000,00

Saldo dos recursos a utilizar .....

495.142,26

O confronto estabelecido, a seguir, entre os componentes do ativo e passivo reais e potenciais, evidencia as deficiências financeiras acumuladas, como segue:

Ativo Financeiro

I — Real

Disponível .....	68.689.979,69	
Vinculado .....	9.638.500,39	
Realizável .....	<u>66.465.528,12</u>	144.794.008,20

II — Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 6/12/65)

1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66 .....	1.153.051,65
2ª série - Dec. 18.769, de 4/12/67 .....	92,80
3ª série - Dec. 18.873-B, de 30/12/67 .....	3.999.896,80
4ª série - Dec. 20.008, de 5/12/69 .....	10.000.000,00
5ª série - Dec. 20.571, de 30/9/70 .....	10.000.000,00
6ª série - Dec. 21.701, de 26/4/72 .....	28.446.162,27

Empréstimo em apólices Lei 5.162/65

Dec. 17.667, de 18/12/65 .....	3.033.100,00
--------------------------------	--------------

Empréstimo em apólices Lei 5.603/68

Dec. 19.363, de 7/11/68 .....	68.872.000,00
-------------------------------	---------------

Empréstimo em apólices Lei 6.054/70

Dec. 20.611, de 16/10/70 .....	93.202.940,23
--------------------------------	---------------

Empréstimo em apólices Lei 6.076/70

Dec. 20.721, de 27/11/70 .....	5.356.003,91
--------------------------------	--------------

Empréstimo em apólices Lei 6.079/70

Dec. 20.720, de 27/11/70 .....	24.780.000,00
--------------------------------	---------------

Empréstimo de financiamento “EMI Electronics Limited, c/TV Educativa” (Dec. Legisl. 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70) .....

2.347.472,36

Empréstimo em apólices Lei 6.132/70

Dec. 20.859, de 31/12/70 .....	11.831.300,24
--------------------------------	---------------

Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70 . . . . .		710.550,00	
Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Ltda., c/Equipamento" - Lei 6.395, de 7/7/72		12.664.177,47	
Empréstimo em apólices Lei 6.452/72			
Dec. 22.202, de 7/12/72 . . . . .		100.000.000,00	
Parcela a realizar da renda do Departamento da Loteria do Estado			
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64 . . . . .	355.917,69		
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63 . . . . .	<u>92.408,96</u>	<u>448.326,65</u>	<u>376.845.074,36</u>
			<u>521.639.082,58</u>

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar . . . . .		248.565.552,75	
Serviço da Dívida a Pagar . . . . .		39.231.888,32	
Depósitos . . . . .		32.243.170,08	
Débitos de Tesouraria . . . . .		339.283.696,37	
Diversos . . . . .		<u>209.435.939,96</u>	868.760.247,48

II - Potencial

Créditos especiais transferidos para 1973 . . . . .		69.954.503,30	
Saldo a aplicar do Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal) . . . . .		32.944.276,05	
Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado e Municípios			
Vinculado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem . . . . .	3.328.318,20		
Vinculado aos Municípios . . . . .	<u>266.685,06</u>	3.595.003,26	
Saldo dos recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns . . . . .		3.923.918,96	
Empréstimo "Financiadora de Estudos de Projetos S.A. - FINEP" - Bacia Taquari-Antas (Lei 6.162, de 31/12/70) . . . . .		1.524.950,00	
Saldo dos recursos a utilizar da quota-parte do imposto único sobre minerais do país . . . . .		<u>495.142,26</u>	<u>112.437.793,83</u>
			<u>981.198.041,31</u>

RESUMO

Passivo Financeiro . . . . .			981.198.041,31
Ativo Financeiro . . . . .			<u>521.639.082,58</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/72 . . . . .			<u>459.558.958,73</u>

O descoberto financeiro demonstrado de forma analítica revela a origem e as alterações de cada um dos componentes potenciais.

Tendo em vista que um dos componentes do ativo potencial, apurado na exposição sobre o Balanço de 1971, não mais apresenta condições de realização, foi eliminado.

O mencionado descoberto pode ser determinado também, sinteticamente. Para tanto, conjuga-se a situação existente ao término do exercício anterior com as variações ocorridas no ano de 1972, do seguinte modo:

I —	Descoberto financeiro acumulado em 31/12/71 .....	441.631.650,81	
	Mais		
	a) Componente constante da exposição sobre o Balanço de 1971 que, por não apresentar mais condições de realização, é excluído do ativo potencial: Empréstimo "Financiadora de Estudos de Projetos S.A. - FINEP" - Bacia Taquari-Antas (Lei 5.631, de 5/8/68) .....	364.599,55	
	b) Crédito especial aberto em 1972, com recursos de exercícios anteriores .....	93,43	
	c) Créditos especiais abertos em 1972, com recursos em operações de crédito, não computados como elementos potenciais .....	1.147.715,00	
	Menos		
	d) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, extintos por perda de vigência .....	78.078,48	
	e) Crédito especial com recursos de exercícios anteriores, cancelados por redução .....	<u>93,43</u>	
	Descoberto Financeiro de 1971, retificado .....	443.065.886,88	
II —	Deficit dos recursos do Fundo Geral		
	a) Créditos especiais com recursos do Fundo Geral de 1972, transferidos para 1973 .....	36.282.503,30	
	Menos		
	b) Superavit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercício de 1972 .....	<u>19.789.431,45</u>	<u>16.493.071,85</u>
	Descoberto Financeiro em 31/12/72 .....		<u><u>459.558.958,73</u></u>

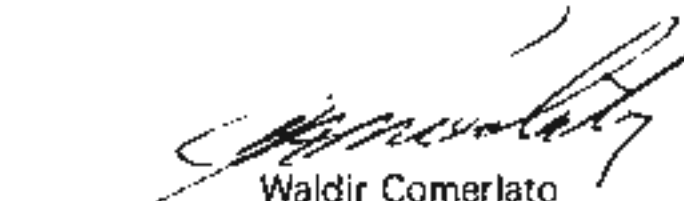
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o advento da Emenda Constitucional nº 1, de 30 de junho de 1972, o prazo para o encaminhamento à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo findava em 30 de maio.

Em decorrência da mencionada emenda à Constituição do Estado, todavia, o prazo ficou antecipado para 30 de abril.

Na oportunidade em que concluímos a presente exposição que, a teor do Decreto-Lei federal nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, integra a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, permitimo-nos assinalar o fato de que a ultimação do Balanço Geral e desta exposição em tempo hábil só foi possível graças à excepcional qualificação técnica e invulgar concentração ao trabalho dos funcionários da Contadoria e Auditoria Geral do Estado.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, asseguramos a mais decidida e leal cooperação dos servidores deste Órgão no desempenho da difícil tarefa que lhe foi confiada, ao mesmo tempo que lhe manifestamos nosso reconhecimento pelo apoio que tem dispensado a esta Contadoria e Auditoria Geral.

  
Waldir Comerlato  
Contador e Auditor Geral do Estado